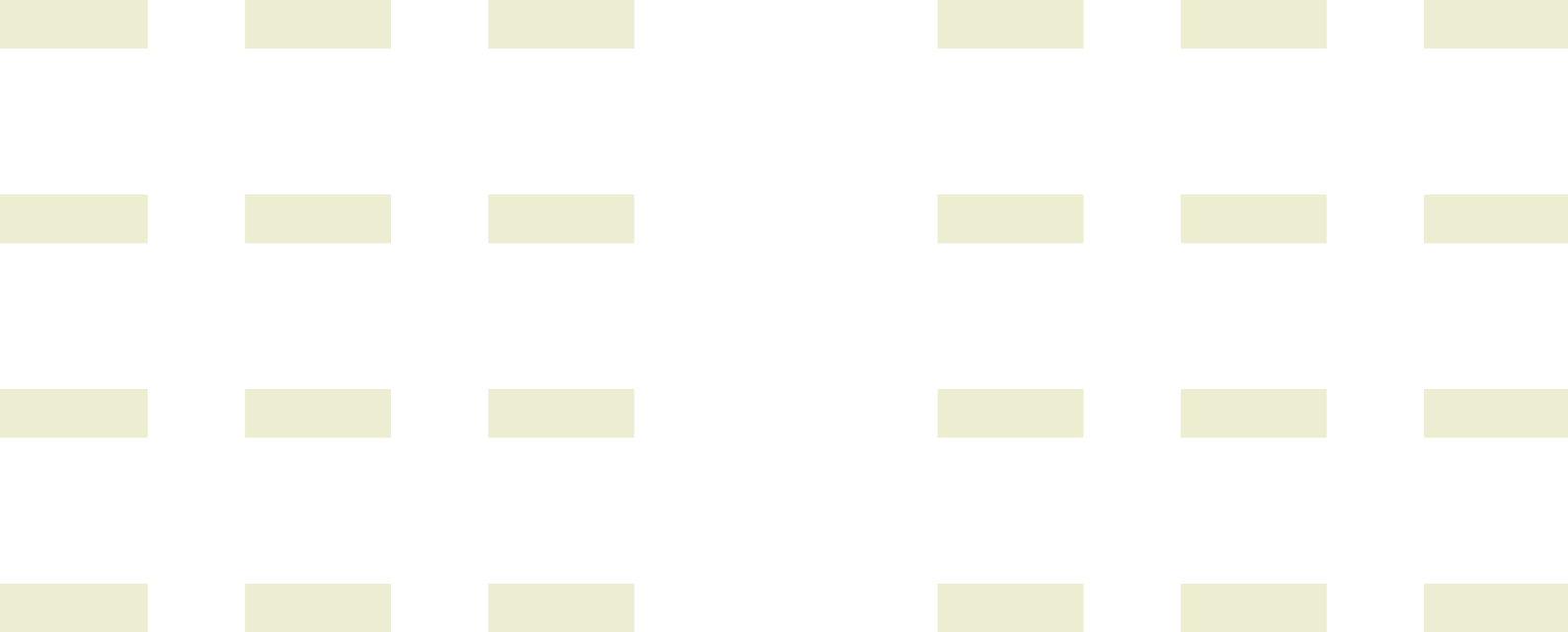


PRÉMIO
IHRU
2009

DE CONSTRUÇÃO E REABILITAÇÃO



PRÉMIO
IHRU
2009

DE CONSTRUÇÃO E REABILITAÇÃO



Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

MAOT | Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades

EDIÇÃO Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P.
COORDENAÇÃO, SECRETARIADO E REVISÃO Rogério Pampulha, Teresa Pereira e Isabel Forjaz
FOTOGRAFIAS António Baptista Coelho e Promotores
TEXTOS Extraídos das memórias descritivas dos projectos
DESIGN GRÁFICO www.tvmdesigners.pt
IMPRESSÃO Textype
TIRAGEM 2000 exemplares
ISBN 978-972-98508-6-8
DEPÓSITO LEGAL 302 483/09

IHRU – INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA, I.P.

Sede: Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 5 – 1099-019 Lisboa
Tel. 21 723 15 00 | Fax 21 726 07 29

Delegação: Rua D. Manuel II, n.º 296, 6.º andar – 4050-344 Porto
Tel. 22 607 96 70 | Fax 22 607 96 79

SIPA – Sistema de Informação para o Património:
Forte de Sacavém, Rua do Forte do Monte Cintra – 2685-141 Sacavém
Tel. 21 942 77 80 | Fax 21 942 77 89

Linha Verde 800 201 684 | e-mail: ihru@ihru.pt | www.portaldahabitacao.pt

APRESENTAÇÃO	6
CONSTITUIÇÃO DO JÚRI	12
PRÉMIO IHRU 2009 DE CONSTRUÇÃO	
PRÉMIO DE PROMOÇÃO MUNICIPAL E REGIONAL	
Empreendimento de 10 fogos em Santa Luzia, Funchal	16
Menção Honrosa	
Empreendimento de 84 fogos em Ponte de Anta, Espinho	20
PRÉMIO DE PROMOÇÃO COOPERATIVA – ESTATUTO FISCAL COOPERATIVO	
Empreendimento de 12 fogos em Santiago, Aveiro	24
PRÉMIO DE PROMOÇÃO PRIVADA	
Menção Honrosa	
Empreendimento de 46 fogos em Roussas, Melgaço	28
OUTRAS CANDIDATURAS	32
PRÉMIO IHRU 2009 DE REABILITAÇÃO	
PRÉMIO REABILITAÇÃO ISOLADA DE IMÓVEIS	36
Igreja de São Salvador das Almas, Viana do Castelo	
Menções Honrosas	
Edifício de Habitação e Comércio na Rua de São Pedro, Viana do Castelo	40
Edifício do Arquivo Municipal de Monção	44
Albergue dos Peregrinos do Caminho de Santiago, Ponte de Lima	48
PRÉMIO REABILITAÇÃO OU QUALIFICAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO	
Reabilitação e Infra-estruturação da Rua Roque de Barros, Viana do Castelo	52
Menções Honrosas	
Requalificação do Castelo e Castelejo de Alegrete, Portalegre	56
Arranjo Urbanístico da Marginal de Esposende – Zona da Marina	60
PRÉMIO REABILITAÇÃO INTEGRADA DE CONJUNTOS URBANOS	
Reabilitação do Castelo/Museu de Sines	64
Menção Honrosa	
Reabilitação do Quarteirão Mouzinho/Flores, Porto	68
OUTRAS CANDIDATURAS	72
REGULAMENTO DO PRÉMIO IHRU DE CONSTRUÇÃO E REABILITAÇÃO	74

O PRÉMIO IHRU 2009 DE CONSTRUÇÃO E REABILITAÇÃO, na sua segunda edição, constitui uma refe-

rência no sector da construção de empreendimentos de habitação de interesse social, na reabilitação isolada de imóveis, na reabilitação ou qualificação de espaço público e na reabilitação integrada de conjuntos urbanos.

É com satisfação que registo, neste dois anos, o acréscimo de candidaturas na área da reabilitação, vertente que necessita de ser amplamente estimulada para podermos requalificar o património construído, edifícios e espaços exteriores, de forma a tornar as nossas cidades mais vivas e mais atractivas, com todas as inerentes vantagens: económicas, sociais, culturais e ambientais que estas acções potenciam.

Na área dos empreendimentos da habitação de interesse social, realça-se o aparecimento de programas mais diversificados, dirigidos a novas necessidades da população: unidades residenciais, programas mistos de habitação / centros de apoio, programas para jovens.

Esta inflexão consubstancia o paradigma da nova política de habitação e das cidades.

Quero agradecer a contribuição dada pelos membros do Júri, representantes do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas, Ordem dos Arquitectos e Ordem dos Engenheiros que, com o seu empenho e conhecimento, muito enriqueceram e prestigiaram este evento.

A todos os concorrentes vai o meu apreço e os mais sinceros parabéns, esperando que possamos contar sempre com o vosso entusiasmo e esforço para fazer sempre melhor.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DIRECTIVO

Nuno Maia Serpa de Vasconcelos

apresentação

PRÊMIO IHRU 2009 DE CONSTRUÇÃO E REABILITAÇÃO

Os empreendimentos, candidatos ao **Prémio IHRU 2009**, nas variantes Construção e Reabilitação, são abaixo referenciados.

Na variante **Construção** foram registadas 12 candidaturas, sendo 5 de Promoção Municipal e Regional, 2 de Promoção Cooperativa e 5 candidaturas de Promoção Privada.

Na variante **Reabilitação** foram registadas 23 candidaturas, sendo 12 na vertente Reabilitação Isolada de Imóveis, 8 na vertente de Reabilitação ou Qualificação de Espaço Público e 3 candidaturas na vertente Reabilitação Integrada de Conjuntos Urbanos.

O Júri incluiu representantes das seguintes instituições: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas, Ordem dos Arquitectos e Ordem dos Engenheiros.

Numa primeira reunião, o Júri fez uma pré-selecção dos empreendimentos, tendo elaborado um programa de visitas.

Na última reunião, efectuada após as deslocações aos empreendimentos seleccionados, o Júri decidiu:

Por maioria, atribuir o **Prémio de Promoção Municipal e Regional** ao empreendimento:

> **10 fogos em Santa Luzia, Funchal**, promovidos pelo IHM – Investimentos Habitacionais da Madeira, E.P.E., construídos pela empresa Tecnovia – Sociedade de Empreitadas, S.A., com projecto e coordenação dos arquitectos Maurílio Machado e Raquel Oliveira e arquitecto paisagista Pedro Rodrigues.

Esta intervenção destina-se a pessoas idosas em situação de isolamento e com problemas de habitação. É um edifício constituído por unidades residenciais, complementadas por dois espaços de convívio, interior e exterior. O edifício apresenta uma grande atractividade e

uma imagem expressiva. É de destacar a luz natural que inunda todos os espaços e a primorosa ventilação transversal com recurso a um saguão bem dimensionado.

Embora a maioria dos fogos tenha a tipologia T0, nem sempre de utilizar mesmo para pessoas isoladas, é cuidada a distribuição dos fogos, com bons acabamentos e soluções técnico/construtivas adequadas.

Este tipo de intervenção corresponde a uma interessante e actual metodologia de apoio à melhoria das condições habitacionais urbanas, de pessoas sós e de casais com variadas carências, proporcionando, simultaneamente, linhas de vitalização a zonas urbanas centrais, com reduzida oferta habitacional, enquanto disponibiliza a presença e as funções citadinas como importante elemento de vida diária para pessoas com significativos problemas de isolamento.

Os moradores transmitiram-nos a grande satisfação com que vivem neste edifício, onde passaram a constituir um condomínio de afectos.

Atribuir uma **Menção Honrosa** ao empreendimento:

> **84 fogos em Ponte de Anta, Espinho**, promovidos pelo Município de Espinho, construídos pela empresa LINK – Empreitadas de Obras Públicas e Privadas, A.C.E. com projecto do gabinete Alfredo Ascensão & Paulo Henriques, Arquitectura, Lda.

Trata-se de um notável projecto de intervenção urbana, de grande qualidade arquitectónica, para realojamento de famílias com carências habitacionais. Edifício constituído por vários blocos habitacionais e de comércio, servidos por garagem colectiva na cave, tem uma excelente imagem urbana, socialmente não segregadora dos seus futuros utilizadores.

Apesar da escala do empreendimento, a volumetria é criteriosamente recortada e as diferentes escalas dos ele-

mentos arquitectónicos criam tensão e estímulo ao observador. A estruturação em pequenos pátios dos espaços exteriores criam privacidade e atractividade. No interior dos edifícios, os espaços, colectivos e privados, são sublinhados por materiais diversificados e pormenores cuidados, designadamente, em termos de tipos de acabamentos e de conforto ambiental (luz natural e ventilação).

A avaliação desta intervenção foi penalizada por se terem observado anomalias resultantes de deficiente execução na fase de construção, sendo já visível alguma degradação, mesmo antes da ocupação do empreendimento.

Por unanimidade, atribuir o **Prémio de Promoção Cooperativa**, Estatuto Fiscal Cooperativo, ao empreendimento:

> **12 fogos em Santiago, Aveiro**, promovidos pela Chave – Cooperativa de Habitação e Construção de Aveiro, C.R.L., construídos pela empresa Sociedade de Construções Martins Pereira, Lda., com projecto e coordenação do arquitecto Francisco Ferreira Simões.

Este edifício multifamiliar e sede da Cooperativa é o último de um conjunto de edifícios que formam um grande quarteirão. As habitações proporcionam conforto através de espaços interiores equilibradamente dimensionados e bem iluminados pela luz natural. Num lote restante de um conjunto pré-existente, foi conseguida uma boa inserção urbana, numa construção de qualidade elevada, designadamente pelas soluções técnicas adoptadas.

Destaca-se, ainda, a grande dignidade das imagens residenciais e urbanas produzidas, em mais um exemplo de que todas estas qualidades dependem muito de um bom projecto e de uma excelente gestão de todo o processo, desde o seu início até à obra concluída; um processo que neste caso foi assegurado com grande autonomia por iniciativa da Cooperativa.

Também de referir a existência de um “Manual de utilização” para envolver os moradores na utilização correcta e manutenção do edifício.

Atribuir **Menção Honrosa**, no âmbito da Promoção Privada, ao empreendimento:

> **46 fogos em Roussas, Melgaço**, promovidos e construídos pela empresa Ferreira Construções, S.A., com projecto do gabinete J.J. Silva Garcia, Arquitecto, Lda.

Num terreno com vista privilegiada sobre uma envolvente montanhosa e artificialmente de nível, temos um empreendimento equilibrado que nos surpreende pela escala das construções. A tipologia dos edifícios procura ir ao encontro de uma população, que ligada a uma actividade urbana, ainda conserva hábitos de vida do mundo rural. Destaca-se a organização das habitações, em dois pisos, em banda, como de pequenas moradias se tratassem e de alguns pequenos logradouros ajardinados, apenas na zona poente do empreendimento, que complementam os espaços habitacionais.

Como factor negativo, é de referir a falta de protecção de taludes com maior inclinação, que podem pôr em risco a segurança das crianças.

Por maioria, atribuir o **Prémio de Reabilitação Isolada de Imóveis**, ao edifício:

> **Igreja de São Salvador das Almas, Viana do Castelo**, reabilitação da responsabilidade da Fábrica da Igreja Paroquial de Santa Maria Maior, construção da empresa José Abreu Enes da Lage & Irmão, Lda., projecto e coordenação do arquitecto José Loureiro.

Trata-se de uma reabilitação de grande rigor e respeito pelos espaços, pelos materiais e pelas técnicas, onde se procurou explorar, valorizar e expôr as estruturas arqueo-

lógicas, enraizamento desta igreja. O edifício para além de manter a sua função de culto, passou a ser um pequeno museu que integra todo o espólio encontrado nas escavações arqueológicas.

As técnicas de reabilitação, pouco intrusivas, mostraram-se adequadas e proporcionais às anomalias existentes. De realçar a correcta integração de elementos de desenho contemporâneo no contexto da pré-existência.

Atribuir **Menções Honrosas** aos edifícios:

> **Edifício de Habitação e Comércio na Rua de S. Pedro, Viana do Castelo**, reabilitação promovida por Maria Cândida Alonso da Costa, construção da responsabilidade da empresa Norlima – Edificadora do Lima, Lda., com projecto e coordenação do arquitecto José Loureiro.

Reabilitação de um edifício predominantemente habitacional onde se procurou dar condições de conforto e salubridade a todas as habitações, salvaguardando os valores patrimoniais que caracterizam esta construção. Paleta de cores cuidada, assim como o foi a introdução pontual de novos materiais em consonância com os processos construtivos de restauro da generalidade da intervenção.

Registou-se o apreço demonstrado pelos moradores, antigos locatários, relativamente às melhorias introduzidas com a acção de reabilitação. Considera-se este processo de intervenção com significativa capacidade para ser replicado em outras situações urbanas centrais.

> **Edifício do Arquivo Municipal de Monção**, reabilitação promovida pelo Município de Monção, construção da responsabilidade da empresa Construções Carlos José Fernandes, Lda., com projecto e coordenação do arquitecto Paulo Gomes.

Reabilitação e adaptação de um edifício com valor patrimonial que se encontrava praticamente em ruína. Trata-

-se, pois, de uma reabilitação profunda, de qualidade assinalável, de adaptação do imóvel ao novo uso de Arquivo Municipal, com grande respeito pelas pré-existências, incluindo a sua imagem urbana. Os elementos estruturais que perduraram no tempo foram reabilitados e integrados na nova estrutura criada para adaptação do edifício. Nesta intervenção realça-se o equilíbrio e sobriedade do desenho dos pormenores e as engenhosas formas de captações da luz natural.

> **Edifício Albergue de Peregrinos, Ponte de Lima**, reabilitação promovida pelo Município de Ponte de Lima, construção da responsabilidade da empresa Jacinto Antunes da Silva, S.A., com projecto e coordenação da arquitecta Mafalda Maria Pires da Cruz.

Trata-se de reabilitação de dois edifícios com valor patrimonial, com interligação espacial entre ambos para acolher encontros, exposições e peregrinos do Caminho de Santiago. Nesta intervenção houve um grande rigor na reabilitação das características estruturais e espaciais pré-existentes, adaptação correcta, pouco intrusiva, assumida com contemporaneidade, notando-se no entanto, pontualmente, algum menor controlo em obra nas áreas de restauro. É um contributo notável para a valorização de um conjunto formado por estes edifícios, uma praça, uma ponte romana e uma capela barroca.

Por maioria, atribuir o **Prémio de Reabilitação ou Qualificação de Espaço Público** à intervenção:

> **Reabilitação e Reinfra-estruturação da Rua Roque de Barros, Viana do Castelo**, reabilitação promovida pelo Município de Viana do Castelo, construção da responsabilidade da empresa Aurélio Martins Sobreiro & Filhos, S.A. – Construção Civil e Obras Públicas, com projecto e coordenação do arquitecto Paulo Jorge Trindade Gonçalves.

Uma intervenção singela, todavia muito significativa pelo respeito por este legado e rigor da intervenção. Havendo necessidade de levantar o lajedo da rua, para melhorar o sistema de drenagem das águas pluviais e colocar novas infra-estruturas, houve o cuidado de garantir o contexto de todas as lajes. Importante, pois a compatibilização das contemporâneas necessidades de infra-estruturação com o carácter e desenho geral da pré-existência, com o destaque dado na recolocação das grandes lajes graníticas, ao seu desenho planimétrico e altimétrico.

Atribuir **Menções Honrosas** às intervenções:

> **Castelo e Castelejo de Alegrete, Portalegre**, reabilitação promovida pelo Município de Portalegre, construção da responsabilidade das empresas Agrocinco – Construções, S.A. e Carija, S.A., com projecto e coordenação do arquitecto Hugo Manuel Azeitona Espanhol e da arquitecta paisagista Ana Maria Fonseca dos Santos.

É uma intervenção que pretende potenciar o usufruto de um património que chega até nós já como uma ruína. Estruturas metálicas criam condições para se aceder, com segurança, a pontos estratégicos da muralha onde se pode desfrutar a deslumbrante paisagem envolvente. O terreiro do castelo foi preparado para a realização de eventos e os espaços exteriores foram naturalizados com vegetação autóctone. Uma cuidada iluminação permite uma observação nocturna mais intimista e centrada neste património.

Terá no entanto sido uma intervenção algo minimalista, em termos da estabilização estrutural, relativamente a alguns panos da muralha.

> **Arranjo da Marginal de Esposende – Zona da Marina**, reabilitação promovida pelo Município de Esposende, construção da responsabilidade das empresas M. Couto

Alves, S.A. e Casimiro Ribeiro & Filhos, Lda., projecto e coordenação do arquitecto Victor Mogadouro e da arquitecta paisagista Laura Costa.

É a reabilitação e valorização de uma marginal fluvial para espaço público de lazer. O projecto ainda só concretizado na sua primeira fase, pretende no futuro ser mais abrangente de forma a integrar o sapal até à barra do rio. Realça-se a utilização, na sua maioria, de materiais naturais, a existência de pavilhões e esplanadas com um desenho sóbrio e funcional e a muito significativa atratividade que este espaço já exerce na população, vitalizando-se o uso do espaço público, circunstância que se considera importante na análise deste tipo de intervenções.

Por unanimidade, atribuir o **Prémio Reabilitação Integrada de Conjuntos Urbanos** ao conjunto:

> **Castelo e Museu de Sines**, reabilitação promovida pelo Município de Sines, construção da responsabilidade das empresas IEC – Engenharia e Construções, Lda. e Dolmen – Engenharia Civil, Lda., com projecto e coordenação do arquitecto Ricardo Estevam Pereira.

Trata-se de uma intervenção integrada que envolve o agora musealizado Paço dos Governadores Militares, o terreiro, a muralha e a praça adjacente à porta de armas, o Largo Poeta Bocage. É uma reabilitação com respeito pelas estruturas construtivas e espaciais com valor histórico/patrimonial, rigor na reabilitação da muralha, dos madeiramentos, nomeadamente da estrutura aparente das coberturas, dos rebocos e das pinturas dos tectos. As estruturas introduzidas na praça adjacente à porta de armas têm bom desenho, potenciam os equipamentos existentes nesse espaço e não comprometem as estruturas arqueológicas que poderão existir no subsolo.

Atribuir **Menção Honrosa** ao

> **Quarteirão Mouzinho/Flores, Porto**, reabilitação promovida pela empresa Porto Vivo – SRU da Baixa Portuguesa, S.A., construção da responsabilidade das empresas, Construções Adriano Rocha Lda, N.J.D. – Projectos de Construção, S.A., Abílio Manuel Machado Ferreira, com projectos e coordenação das arquitectas Alexandra Maria Antunes Guimarães da Silva Dória, Rita Cláudia Baptista de Moura, Sandra Noélia Oliva Ferreira Martins Moreira e do arquitecto José Mendes Ribeiro Barbedo. Pretende-se valorizar a metodologia de intervenção pública ou privada de grande alcance para a reabilitação

do património construído das cidades. Neste caso, os edifícios do pequeno quarteirão sofreram diferentes níveis de intervenção, desde a mais profunda à mais superficial, havendo mesmo um caso onde ainda não foi possível intervir.

Realça-se o edifício onde foi feita a intervenção mais profunda, pela salvaguarda dos valores patrimoniais, a qualidade espacial dos novos espaços e pormenorização cuidada de desenho contemporâneo.

Sendo de assinalar o respeito pela diferenciação das cêrcas pré-existentes, importará que não se privilegiem as soluções cenográficas, de exclusiva manutenção de fachadas.

constituição do júri

PRÉMIO IHRU 2009 DE CONSTRUÇÃO E REABILITAÇÃO

Engenheiro Nuno Maia Serpa de Vasconcelos

PRESIDENTE

Arquitecto Rogério de Oliveira Pampulha

REPRESENTANTE DO INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA

Arquitecto António Baptista Coelho

REPRESENTANTE DO LABORATÓRIO NACIONAL DE ENGENHARIA CIVIL

Arquitecta Paisagista Maria Celeste de Oliveira Ramos

REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS ARQUITECTOS PAISAGISTAS

Arquitecto José Cunha Rosa Silva Carvalho

REPRESENTANTE DA ORDEM DOS ARQUITECTOS

Engenheiro Fernando Farinha da Silva Pinho

REPRESENTANTE DA ORDEM DOS ENGENHEIROS

A pré-avaliação das candidaturas foi feita
por uma Comissão Técnica constituída por:

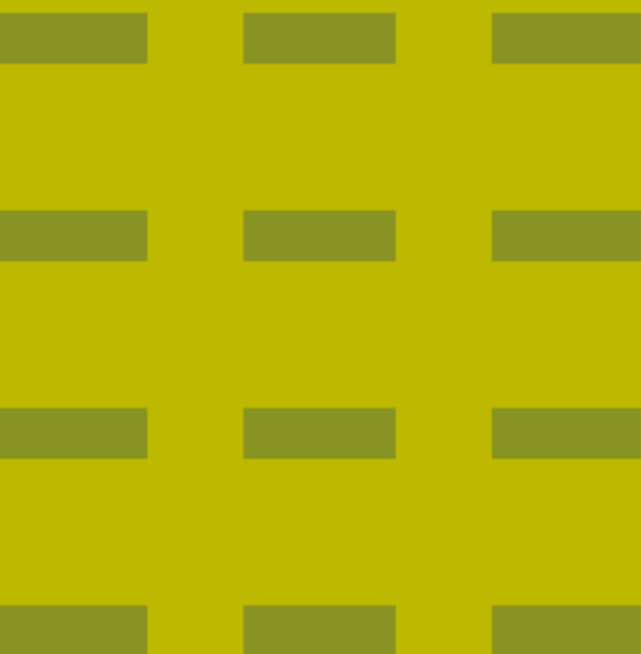
Arquitecto Rogério de Oliveira Pampulha [IHRU – LISBOA]

Arquitecta Aurelina Viegas [IHRU – LISBOA]

Engenheiro Damião Gonçalves da Costa Andrade [IHRU – PORTO]



construção



PRÉMIO IHRU 2009 PROMOÇÃO MUNICIPAL E REGIONAL

Empreendimento de 10 fogos | Santa Luzia, Funchal



PROMOTOR

IHM – Investimentos Habitacionais da Madeira, E.P.E.

CONSTRUTOR

Tecnovia – Sociedade de Empreitadas, S.A.

PROJECTISTAS COORDENADORES

Arquitecto Maurílio Machado

Arquitecta Raquel Oliveira

Arquitecto Paisagista Pedro Rodrigues

Recuperação e remodelação de um edifício com 10 fogos e arranjos exteriores, na Rua de Santa Luzia, n.ºs 59 e 61, no concelho do Funchal, freguesia de Santa Luzia.

O edifício existente, com três pisos e um recuado, encontrava-se em muito mau estado de conservação, tanto no interior como no exterior. No rés-do-chão, além da entrada do próprio edifício, existia também uma outra, privativa, que dava acesso a um terreno vizinho. No tardo, um logradouro fazia parte deste prédio.

O edifício estava ocupado por oito agregados familiares, sendo alguns deles realojados pela IMH (Investimentos Habitacionais da Madeira E.P.E.) nos seus bairros sociais e outros através do Programa de Habitação Económica.



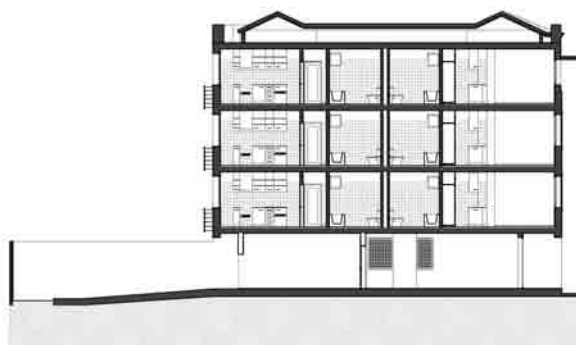
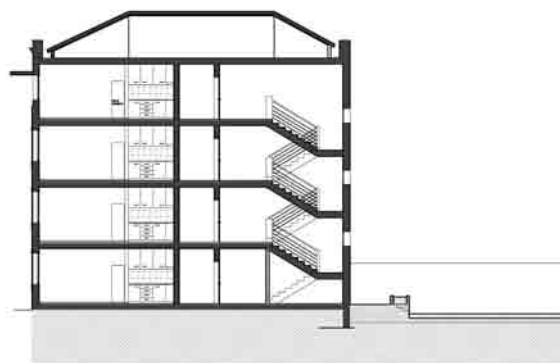
A proposta tentou aproveitar ao máximo as áreas existentes, bem como o espaço contíguo ao piso recuado, permitindo, na totalidade, a construção de dez fogos, sendo três T1 e sete T0. Estas tipologias destinaram-se essencialmente a pessoas da terceira idade, razão pela qual foram criadas algumas infra-estruturas de apoio. Assim, com a reabilitação do edifício, ficamos, ao nível do R/C, com uma entrada particular, o hall do próprio edifício, uma sala de convívio, um T0 e um logradouro. Cada um dos restantes pisos é constituído por dois T0 e um T1.

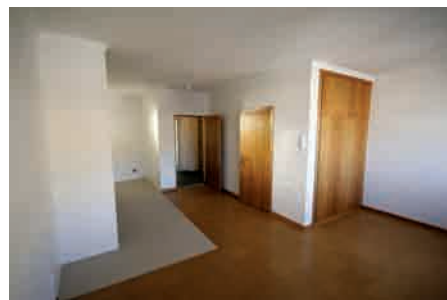
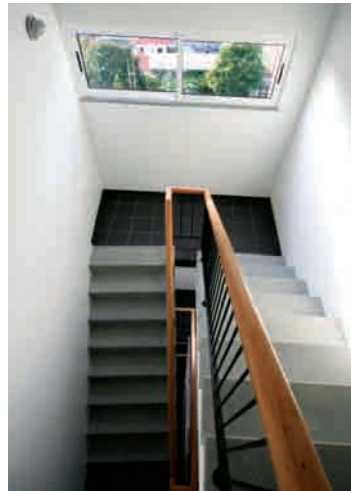
Atendendo à faixa etária a que se destinavam estes fogos, houve a preocupação de adaptar quatro T0 a pessoas com mobilidade reduzida, equipando-os com instalações sanitárias adequadas.

Os acessos verticais são assegurados por uma escadaria enclausurada e por um elevador.

No logradouro, servido por uma rampa de acesso, foram constituídas hortas, para ocupação dos tempos livres dos moradores.

O saguão existente foi mantido, servindo para a ventilação das instalações sanitárias e cozinhas.





PRÉMIO IHRU 2009 PROMOÇÃO MUNICIPAL E REGIONAL MENÇÃO HONROSA

Empreendimento de 84 fogos | Ponte de Anta, Espinho



PROMOTOR

Município de Espinho

CONSTRUTOR

Link – Empreitadas de Obras Públicas e Privadas, A.C.E.

PROJECTO

Alfredo Ascensão & Paulo Henriques, Arquitectura, Lda.

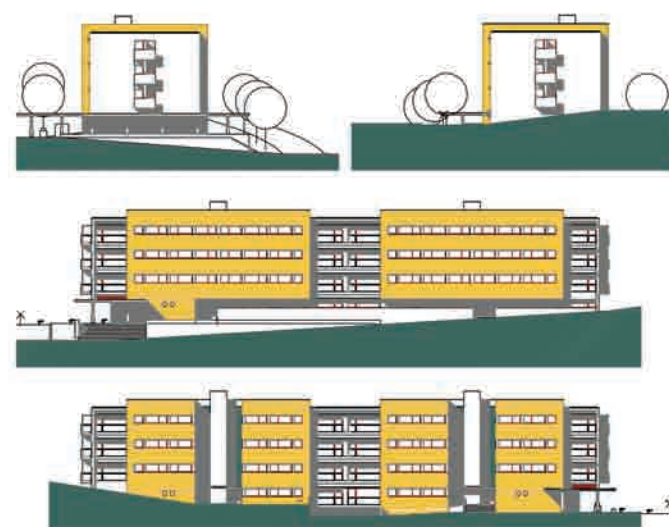
O empreendimento é constituído por cinco edifícios de habitação multifamiliar, que faz parte do sector B de um Estudo Urbanístico do INH – *Inovar na Habitação, Construir a Cidade*, que a Câmara Municipal de Espinho levou a efeito num terreno que possuía, na Ponte de Anta, a norte do Bairro da Ponte de Anta, a sul e a este da Rua da Divisão, freguesia de Anta, concelho de Espinho.

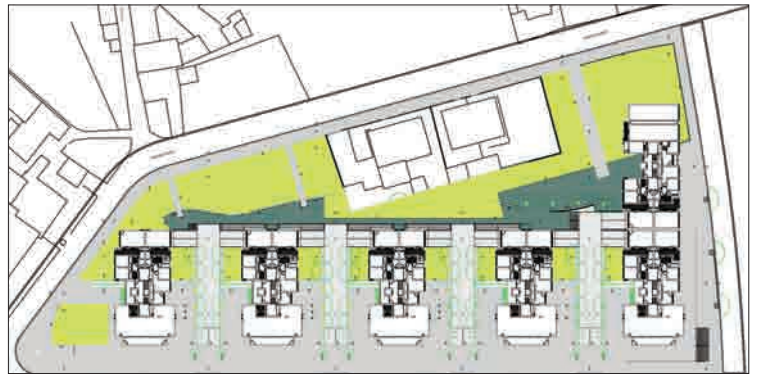
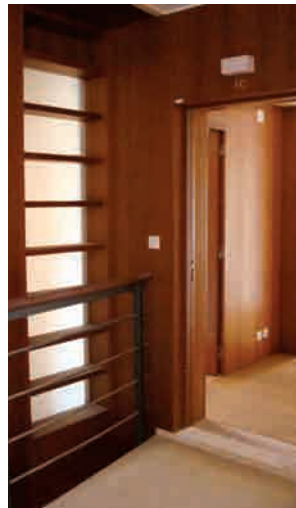
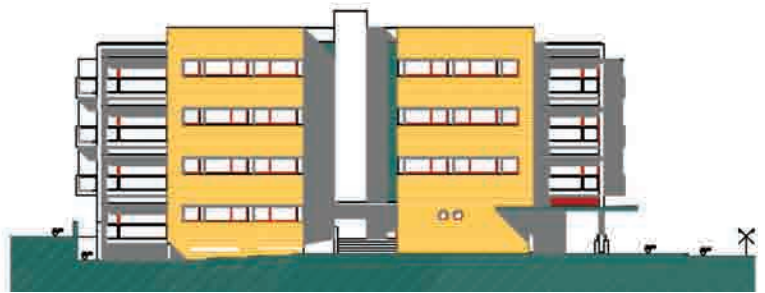
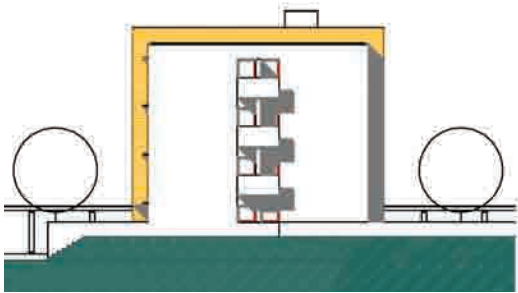
O referido empreendimento está integrado no âmbito do Programa Especial de Realojamento (PER), criado pelo Decreto-Lei 163/93 de 7 de Maio.

A implantação dos edifícios propostos associou-se claramente às duas vias projectadas, havendo ainda a preocupação de integrar as diversas funções previstas, de modo a evitar a estanquicidade dos sectores e assim criar espaços multifuncionais de utilização permanente. Relativamente ao Sector B, optou-se por implantar os cinco edifícios perpendicularmente ao arruamento (frentes a nascente-poente), sendo estes ligados por uma pala/galeria que protege um percurso associado aos equipamentos/estabelecimentos comerciais/ serviços públicos, previstos no extremo sul do rés-do-chão dos referidos edifícios (84 fogos e 6 estabelecimentos de comércio/serviços).

O terreno tem a área total de aproximadamente 8100 m², a área de implantação da construção é de 2201 m² e a área bruta total da mesma é de 11 328 m².

Optou-se por privilegiar a construção de volumes predominantemente horizontais, em quatro pisos – cave, rés-do-chão e três pisos –, contemplando em si várias tipologias e estabelecimentos de forma a dar resposta às necessidades da zona. Assim, teremos: 48 T2, 36 T3 e 6 estabelecimentos de comércio/serviços. As tipologias apontadas para estes edifícios de 4 pisos desenvolvem-se através de caixa de escadas distribuindo para 4 fogos por piso (2 T2 e 2 T3), à qual se associou um espaço destinado a um elevador. O que nos parece mais interes-

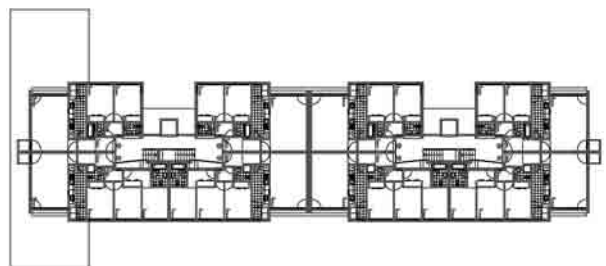




sante neste esquema é a garantia de praticamente todos os compartimentos usufruírem de luz natural, para além de serem garantidas as ventilações transversais de todos os fogos.

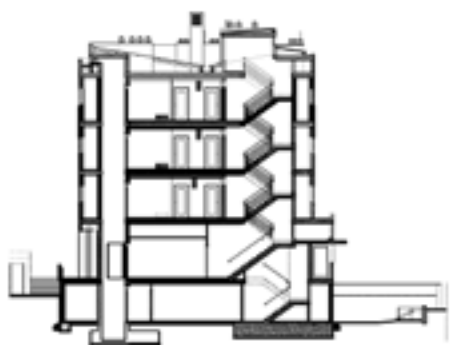
Os fogos do tipo T3, apresentam uma área bruta de 98 m², tendo os T2, 83 m² nos pisos superiores e 70 m² no rés-do-chão, todos eles não ultrapassando as áreas estipuladas, sendo-lhes somada a percentagem de área de acessos. Foram garantidas na construção as caves destinadas a estacionamento automóvel.

Na fronteira norte deste sector, de ligação à Rua da Divisão, prevê-se a criação de uma zona verde arborizada, atravessada por percursos pedonais com um carácter mais orgânico, espaço este envolvente das duas construções que aí permaneceram.



PRÉMIO IHRU 2009 PROMOÇÃO COOPERATIVA (Estatuto Fiscal Cooperativo)

Empreendimento de 12 fogos | Santiago, Aveiro



PROMOTOR

Chave – Cooperativa de Habitação e Construção de Aveiro, C.R.L.

CONSTRUTOR

Sociedade de Construções Martins Pereira, Lda.

PROJECTISTA COORDENADOR

Arquitecto Francisco Ferreira Simões

O presente edifício ocupa o último lote da Urbanização Chave, fazendo este parte do plano integrado de Santiago em Aveiro.

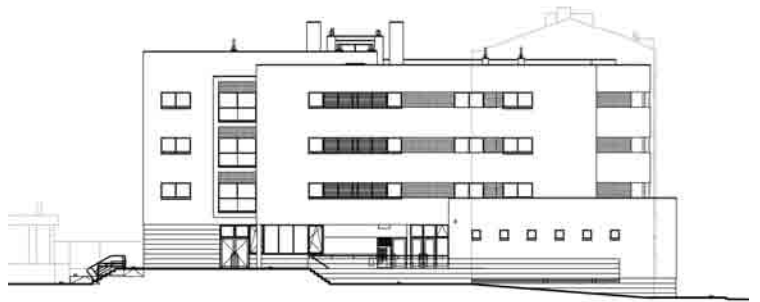
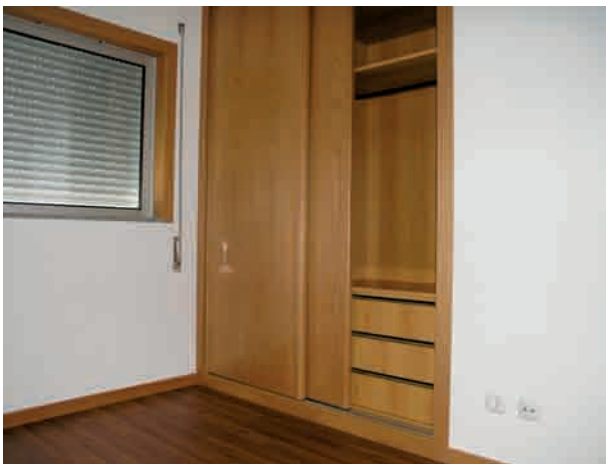
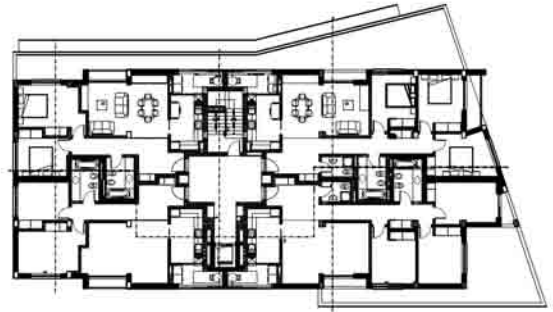
O lote, vendido pela Câmara Municipal, começou por ser espaço público, depois implantação para edifício de serviços e finalmente para edifício misto de habitação e serviços.

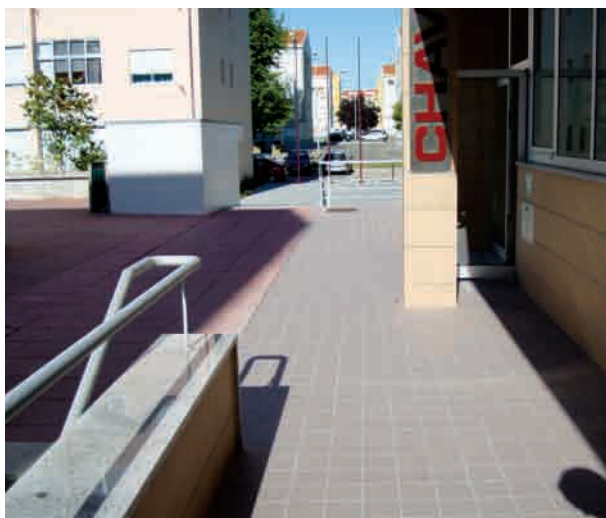
A ocupação do lote foi feita a 100%, com confrontações com o espaço público. Inclui quatro pisos acima da cota de soleira, três de habitação e um de serviços e um piso abaixo da cota de soleira destinado a garagem e arrumos. Impunha-se que a solução fizesse marcação, quer da entrada do jardim existente no interior do quarteirão, quer do atravessamento pedonal.

Os arranjos exteriores de toda a envolvente estavam pré-definidos e já executados na sua quase totalidade, pelo que se procurou tirar partido da vista para os espaços verdes.

Os doze fogos distribuídos por três pisos seguem uma planta tipo que inclui dois fogos T3 e dois fogos T2 com organização e áreas semelhantes para cada tipologia.





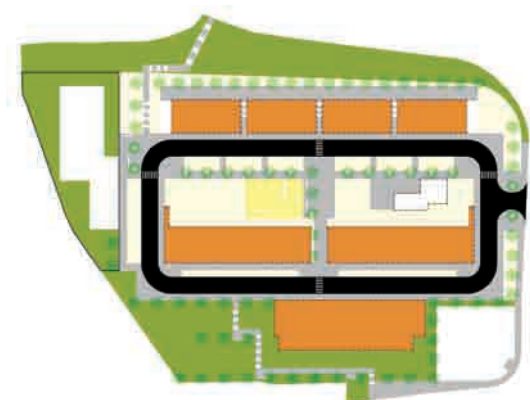


No piso inferior, incluem-se duas fracções de serviços, sendo uma Sede da Cooperativa e outra sede de Empresa de Serviços.

Atendendo a que o projecto deste edifício passou por várias soluções e por elevadas demoras na sua aprovação camarária, as soluções técnicas e construtivas adoptadas, seriam bastante inovadoras no momento da sua definição, passando a mais correntes no momento da execução.

PRÉMIO IHRU 2009 PROMOÇÃO PRIVADA MENÇÃO HONROSA

Empreendimento de 46 fogos | Roussas, Melgaço



PROMOTOR

Ferreira Construções, S.A.

CONSTRUTOR

Ferreira Construções, S.A.

PROJECTO

J. J. Silva Garcia, Arquitecto, Lda.

No âmbito de um CDH do IHRU, o conjunto residencial foi implantado numa plataforma imposta numa encosta de Roussas, em Melgaço.

Este espaço, antes criado para a prática desportiva, está associado a dois taludes com pendentes muito acentuadas a nascente e a poente.

A implantação do edificado resulta de uma solução urbana de iniciativa municipal, através da qual se tenta um compromisso entre a necessidade de rentabilizar a utilização do solo (com tipologias de construção mais concentrada em relação à envolvente imediata) e o estabelecimento de continuidade urbana (com propostas volumétricas que não criassem rupturas acentuadas em relação ao contexto).

O desenho urbano propõe um sistema viário, confinado a um rectângulo com cantos curvados, que se liga à via existente através de um pequeno istmo.

Na periferia do novo arruamento implantam-se a poente quatro pequenos volumes, deixando intervalos que permitem espreitar a cidade.

Do lado nascente, surge uma banda contínua de dez habitações. No miolo, localizam-se duas bandas idênticas e um amplo espaço livre, apenas pontuado por um pequeno equipamento público. Esta praça central, que funciona como espaço estruturante do núcleo habitacional, ao proporcionar a ambiência necessária à fruição do espaço, entretanto naturalizado, tem uma função agregadora no plano social.



Os edifícios dispõem de cave e dois pisos acima do solo e oferecem tipologias T3 e T4, organizadas em dois modelos habitacionais. Nos volumes mais pequenos, dispostos na linha que se debruça sobre a cidade e o vale, o espaço habitacional é organizado num só nível, compondo edifícios bifamiliares geminados.

Na solução em banda, as habitações desenvolvem-se em esquema de duplex. Em ambos os casos é identificada no exterior a porta de entrada de cada habitação, assegurando uma relação mais personalizada da pessoa com a sua própria casa, a partir do espaço público.



Volumes com coberturas revestidas a telha cerâmica com beiral definido por caleira semicurva em zinco, assentam numa opção formal que intenta promover uma imagem assente na afirmação de valores tradicionais, aceitando, porém, contributos de um desenho mais simples e depurado.

A austeridade das linhas arquitectónicas é compensada pelo uso de texturas e brilhos que destacam subtilmente o embasamento (faixa de mosaico porcelânico) do corpo superior do edifício (em *cappotto*), efeito reforçado pela leve diferença de tonalidade da mesma cor.

Disto resulta uma imagem de serenidade compositiva que se integra bem na paisagem.





OUTRAS CANDIDATURAS

Empreendimento de 20 fogos

Cacia, Aveiro

PROMOTOR

Município de Aveiro

CONSTRUTOR

SAVECOL – Sociedade Aveirense de Construções Civas, Lda.

PROJECTISTA COORDENADORA

Arquiteta Maria Emília Lima

Empreendimento de 24 fogos

Torre, Câmara de Lobos, Madeira

PROMOTOR

IHM – Investimentos Habitacionais da Madeira, E.P.E.

CONSTRUTOR

Alberto Martins Mesquita e Filhos, S.A.

PROJECTO

Arquitecto Carlos Alberto Gonçalves

Arquiteta Raquel Oliveira

Arquitecto Paisagista Pedro Braga

Empreendimento de 20 fogos

Ovar

PROMOTOR

Município de Ovar

CONSTRUTOR

Sociedade de Construções Civas e Obras Públicas

António Rodrigues Parente, S.A.

PROJECTO

Divisão de Planeamento, Estudos e Projectos

da Câmara Municipal de Ovar

Empreendimento de 60 fogos

Giela, Arcos de Valdevez

PROMOTOR

Efímóveis, S.A.

CONSTRUTOR

Efímóveis, S.A.

PROJECTO

J.J. Silva Garcia, Arquitecto, Lda.

Empreendimento de 40 fogos

Carvalheiras, Santo Tirso

PROMOTOR

Efimóveis Imobiliária, S.A.

CONSTRUTOR

Ferreira Construções, S.A.

PROJECTO

J. Bragança, M. Marques, Arquitectos, Lda.

Empreendimento de 144 fogos

Faro

PROMOTOR

Edifer Construções, S. A.

Varcril Construções, S.A.

CONSTRUTOR

Edifer Reabilitação, S.A.

PROJECTO

Miguel Saraiva Associados, Arquitectura Urbanismo, S.A.

Empreendimento de 68 fogos

Bravio, Terceira, Açores

PROMOTOR

MotaEngil, Engenharia, S.A.

Edifer Construções, S.A.

CONSTRUTOR

Mota Engil, Engenharia, S.A.

Edifer Reabilitação, S.A.

PROJECTO

Miguel Saraiva Associados, Arquitectura Urbanismo, S.A.

Empreendimento de 76 fogos

Pedrouços, Maia

PROMOTOR

Habecê - Cooperativa de Habitação e Construção de Cedofeita, C.R.L.

CONSTRUTOR

Edinorte – Edificações Nortinhas, S.A.

PROJECTO

Arquitecto Fernando Neves



reabilitação



PRÉMIO IHRU 2009 REABILITAÇÃO ISOLADA DE IMÓVEIS

Igreja de São Salvador das Almas | Viana do Castelo



PROMOTOR

Fábrica da Igreja Paroquial de Santa Maria Maior

CONSTRUTOR

José Abreu Enes da Lage & Irmão, Lda.

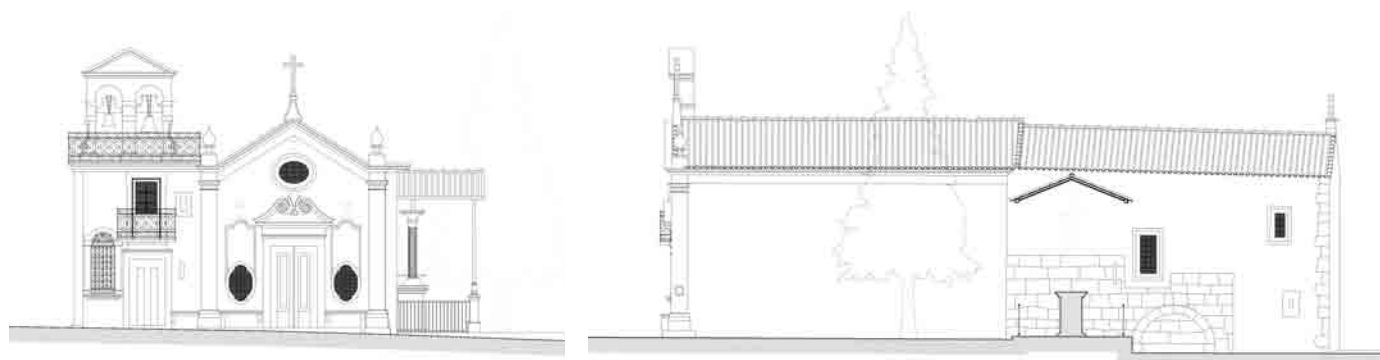
PROJECTISTA COORDENADOR

Arquitecto José Loureiro

A Igreja das Almas, ou Capela das Almas, como actualmente é conhecida, viu ao longo dos últimos anos diminuir os actos de culto que, embora reduzidos, ainda se iam fazendo. As patologias, que começou a revelar, donde se destaca a ameaça de colapso estrutural do arco cruzeiro, levaram, mesmo, à interrupção de todos os actos públicos, reduzindo o templo a meras visitas das almas que teimaram em manter-se fiéis.

O projecto inicial tinha como objectivo fundamental a recuperação dos elementos arquitectónicos e a dotação do edifício com novas redes de infra-estruturas. Com esta intervenção pretendia-se reabilitar o edifício e devolvê-lo à sua paróquia em condições de utilização.

Na persecução desse objectivo foi recuperada parte da cobertura e reconstruída outra. Foi desmontado o arco do cruzeiro, corrigida a verticalidade das suas pilastras e substituídas duas aduelas por se encontrarem esmagadas. Foi desmontada e reconstruída a parede norte, por apresentar uma inclinação que punha em causa a sua sustentabilidade. Foi consolidada a estrutura fasquiada do tecto abobadado da nave principal e capela-mor e refeito o reboco. Foram executadas novas redes de infra-estruturas, tendo-se dotado o templo de sistemas de segurança contra incêndios e contra intrusão.





Durante a fase de desmonte, descobriu-se a existência de sepulturas, sob o soalho da nave principal e capela-mor, o que implicou a realização de escavações arqueológicas no interior.

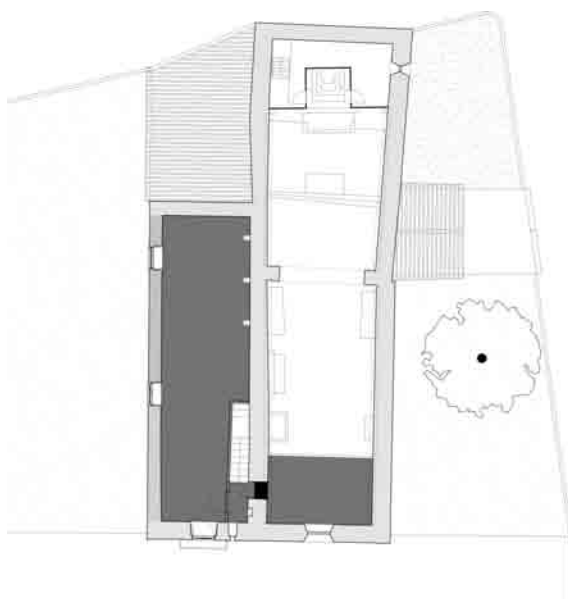
Durante estas escavações, realizadas por arqueólogos e uma antropóloga, foram encontrados diversos materiais em contexto de enterramento. Foi também descoberta a existência de uma estrutura românica e os alicerces de um edifício e sepulturas alto-medievais.

Na intervenção do tecto abobadado descobriu-se, sob o estuque, uma pintura oitocentista da qual se quis também deixar memória.

Face às descobertas encontradas, a Câmara Municipal desenvolveu esforços no sentido de facultar o resultado desta descoberta ao público.

Assim surgiu a necessidade de alterar o projecto inicial. Havia que construir um pavimento transparente, no presbitério e restante área da capela-mor, que permitisse visualizar o resultado das escavações.

O património descoberto, que pode ser agora visitado numa pequena exposição instalada nos espaços contíguos à nave principal, vem reforçar o significado das raízes identitárias dos Vianenses.





PRÉMIO IHRU 2009 REABILITAÇÃO ISOLADA DE IMÓVEIS MENÇÃO HONROSA

Edifício de Habitação e Comércio | Rua de São Pedro, Viana do Castelo



PROMOTOR

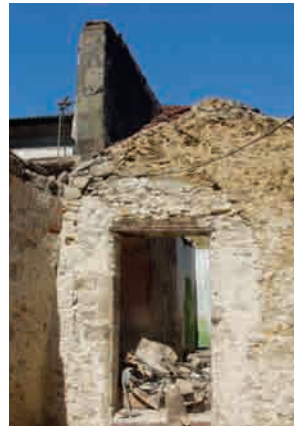
Maria Cândida Alonso da Costa

CONSTRUTOR

Norlima – Edificadora do Lima, Lda.

PROJECTISTA COORDENADOR

Arquitecto José Loureiro.



O edifício (originalmente terão sido dois edifícios autónomos) localiza-se no centro do núcleo medieval, entre a Rua de São Pedro e a Viela do Sequeiro. Desenvolve-se em dois pisos e um terceiro recuado. A cornija “falsa” existente no alçado de tardoz e a técnica construtiva utilizada nas paredes indicam que o piso recuado corresponde a uma ampliação executada mais tarde. A substituição dos beirais da fachada principal por uma platibanda rebocada, entre outros exemplos, indica uma última intervenção executada no século XX. As fachadas apresentam valor arquitectónico, sendo de realçar as cantarias dos vãos superiores e a parede do piso recuado construída em taipa de

fasquio. O *Inquérito e Análise do Centro Histórico de Viana do Castelo*, elaborado pela *Macroplan* em 1979, data o edifício do século XVII.

Antes da intervenção, o edifício era constituído por dois comércios e quatro habitações, estando duas delas devolutas. Encontrava-se muito degradado. Os elementos estruturais da cobertura e dos pisos superiores apresentavam cedências significativas, ameaçando ruir a qualquer momento. Havia áreas dos pavimentos superiores onde não era possível circular.

Tratando-se de um edifício que apresentava um sistema construtivo tradicional – paredes em alvenaria de pedra

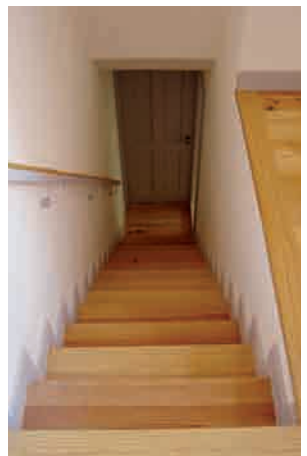




autoportantes e estruturas dos pisos e cobertura em madeira – foram também utilizados sistemas construtivos tradicionais. Os pavimentos dos pisos superiores foram reconstruídos em soalho sobre estrutura de madeira. Nas zonas de água dos pisos superiores – cozinha e quartos de banho –, o soalho foi substituído por um pavimento em linóleo, assente sobre contraplacado marítimo. A parede

do piso recuado, que era em taipa de fasquio, foi reconstruída, utilizando o mesmo sistema construtivo, e revestida a chapa ondulada. As paredes interiores, em taipa de fasquio, foram substituídas por tabiques, em gesso cartonado. Na cobertura, a estrutura primária, constituída por asnas, madres, fileiras, frechais e varedo, foi substituída por nova, também em madeira.





PRÉMIO IHRU 2009 REABILITAÇÃO ISOLADA DE IMÓVEIS MENÇÃO HONROSA

Edifício do Arquivo Municipal | Monção



PROMOTOR

Município de Monção

CONSTRUTOR

Construções Carlos José Fernandes, Lda.

PROJECTISTA COORDENADOR

Arquitecto Paulo Gomes



O edifício, que é objecto do presente estudo, situa-se numa zona central do núcleo urbano, com relação pedonal e viária privilegiada ao Largo São João de Deus.

O imóvel é contido a norte com o Largo da Oliveira, a sul com o Largo São João de Deus, a poente com as escadas do postigo e a nascente com o edifício dos “Machados”, construído na década de 80.

Embora integrado no centro urbano, o edifício apresenta uma maior relação visual com o Largo São João de Deus, fruto que advém sobretudo da morfologia do terreno.

As condicionantes urbanísticas passam por relacionar o “sítio” com a envolvente e a relação do uso do edifício com a proximidade da Câmara Municipal.

A solução apresentada passa por recuperar o edifício, atribuindo-lhe a imagem que detinha, antes de sofrer as alterações arquitectónicas, assim como repor os volumes derrubados pelo fogo.

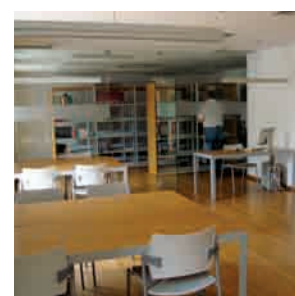
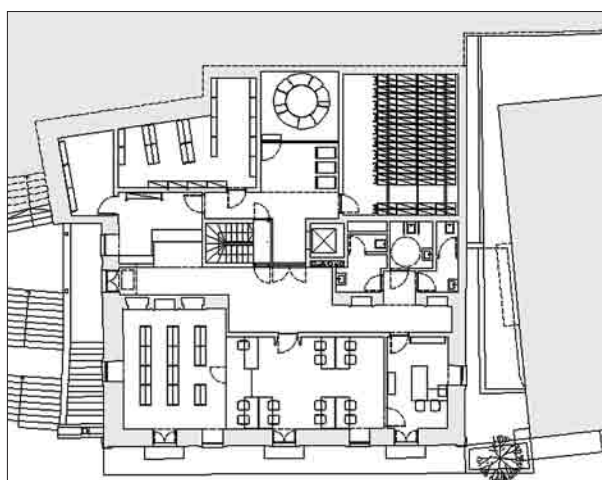
O edifício inicialmente com a função de Casa Fidalga, composto por uma área envolvente de cultivo, sofreu ao longo do tempo grandes transformações.

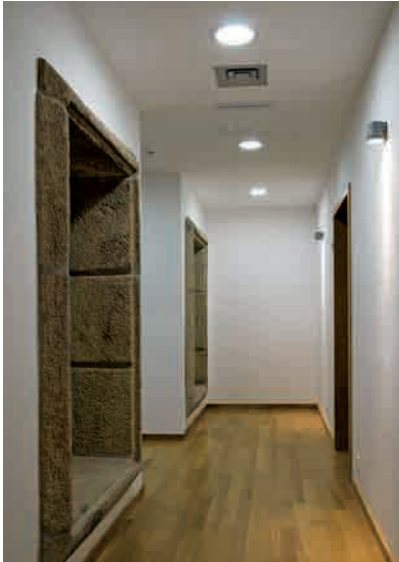


Embora se mantenha actualmente a traça inicial com a fachada simétrica e regular, o incêndio de que foi alvo derrubou praticamente toda a cobertura, arrastando consigo algumas paredes.

A remodelação deste edifício para conversão em arquivo municipal, teve que obedecer a um conjunto de condicionantes, que por si só ajudaram a definir a posição dos espaços e a relação entre eles. Estas condições também limitaram a escolha de materiais.

A implantação da casa e o modo como se relaciona com os espaços exteriores contribuíram igualmente para a definição geral dos espaços.





PRÉMIO IHRU 2009 REABILITAÇÃO ISOLADA DE IMÓVEIS MENÇÃO HONROSA

Albergue dos Peregrinos do Caminho de Santiago | Ponte de Lima



PROMOTOR

Município de Ponte de Lima

CONSTRUTOR

Jacinto Antunes da Silva, S.A.

PROJECTISTA COORDENADORA

Arquitecta Mafalda Maria Pires da Cruz

Com esta intervenção propõe-se a recuperação do imóvel tendo em vista a sua utilização como espaço de estar, lúdico e cultural, assim como albergue dos peregrinos do Caminho Português de Santiago.

A recuperação pauta-se pela autenticidade, rentabilizando a sua actuação e utilização para fins culturais, não sendo apenas uma mera operação de cosmética à fachada que esconde um interior arruinado e abandonado mas, também, uma intervenção estrutural e funcional que sustente o investimento proposto.

Este edifício é constituído por três pisos (rés-do-chão, 1.º e 2.º andar e águas-furtadas) e jardins. As suas características originais serão mantidas havendo apenas a necessidade de alterar a função dos espaços.

No que respeita às formas e desenhos mais particulares e genuínos da casa, haverá um processo mais cuidado de restauro, para que não se perca o que chegou até nós e “sobreviveu” todos estes anos.

A estrutura da casa é composta por paredes resistentes de granito, com paredes divisórias em tabique. A cobertura é sustentada por várias asnas de madeira executadas de forma a permitir o aproveitamento das águas furtadas. Nos acabamentos, além das pinturas e do papel de parede, existem azulejos da época. Os tectos são estucados, tendo alguns deles desenhos e formas características da altura em que foram construídos.

Ao nível do rés-do-chão prevê-se a instalação de um espaço destinado às mais diversas mostras. Um espaço que esteja em permanente e pleno contacto com a população, onde todos os compartimentos adquirem uma característica totalmente pública e cultural, com possibilidade de ligação aos espaços existentes, como sendo o Museu Rural, os Jardins do Arnado e o Centro de Apoio a Peregrinos.

As duas entradas do edifício dão a possibilidade de tornar independentes as diferentes funções da casa, atribuindo-lhe uma maior versatilidade.

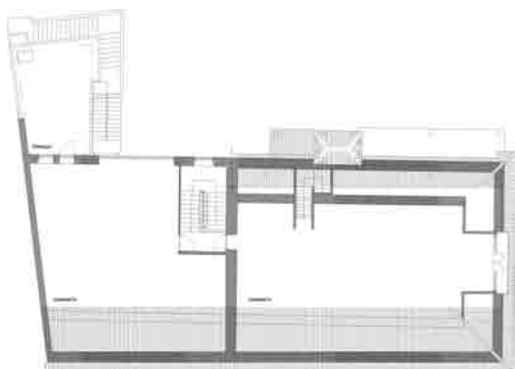
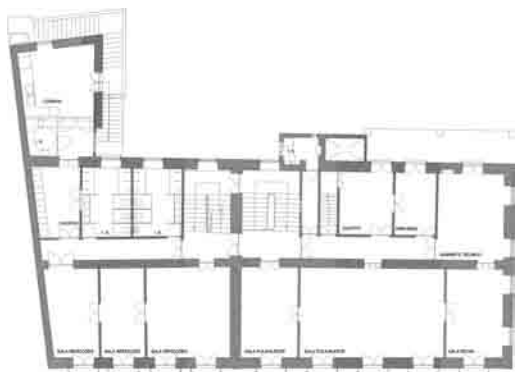
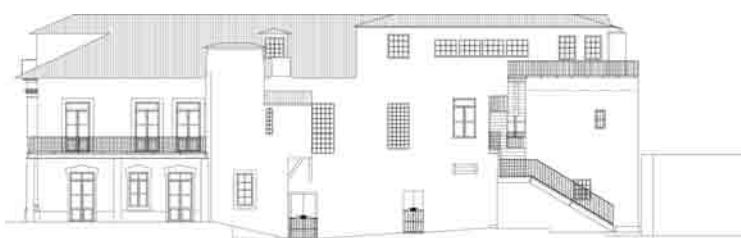


No piso 1, e apesar de estarem todos os espaços destinados a albergue, há ainda a hipótese de, em ocasiões pontuais, o lado direito do edifício funcionar como uma zona polivalente destinada ao uso público (espaço de exposições, leitura, concertos, etc), sem interferir ou prejudicar o bom funcionamento do albergue.

Do outro lado funciona a “zona de serviços” dos peregrinos (cozinha, instalações sanitárias e refeitório).

Nas águas furtadas estão as camaratas dos peregrinos, com capacidade de 49 pessoas, mais as 32 do piso 1, o que faria um total de capacidade do albergue de 81 camas.

No espaço exterior é preservado o jardim e os antigos anexos são adaptados a responder às necessidades dos peregrinos, no que respeita ao tratamento de roupas e espaços de recolha de animais e bicicletas.





PRÉMIO IHRU 2009 REABILITAÇÃO OU QUALIFICAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO

Requalificação e Reinfra-estruturação da Rua Roque de Barros | Viana do Castelo



PROMOTOR

Município de Viana do Castelo

CONSTRUTOR

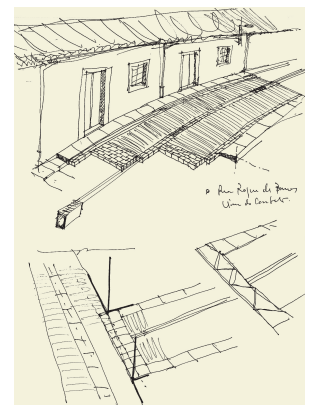
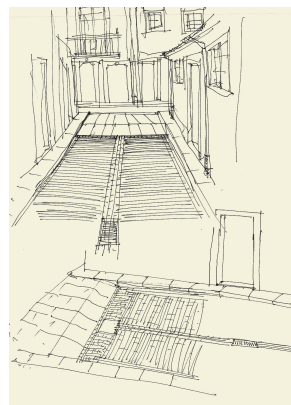
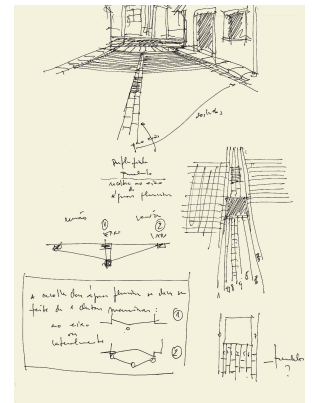
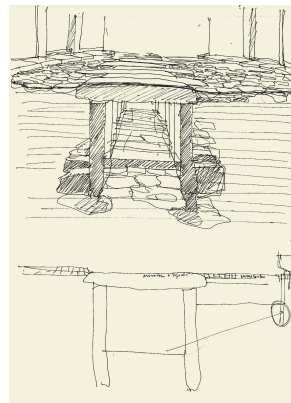
Aurélio Martins Sobreiro & Filhos, S.A. –
Construção Civil e Obras Públicas

PROJECTISTA COORDENADOR

Arquitecto Paulo Jorge Trindade Gonçalves

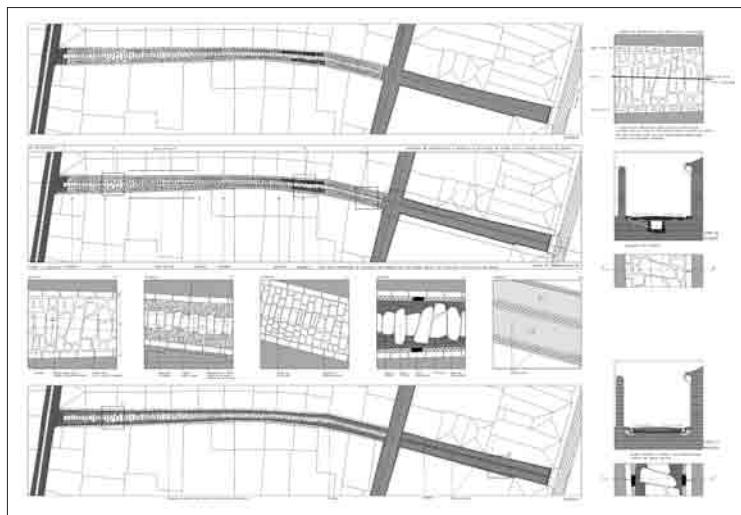
A Rua Roque de Barros, com 110 m de comprimento, tem um perfil que varia entre os 2,75 m e os 4,05 m e apresenta uma pendente no seu eixo de 1,41 m entre os extremos, definidos na sua parte mais alta, a poente, pela Rua Major Xavier da Costa e, a nascente, pela Avenida Rocha Páris. O seu eixo nascente/poente é interrompido pelo cruzamento com a Rua de Santo António, que se localiza a 35 m do remate com a Avenida Rocha Páris.

É popularmente identificada como uma das ruas da cidade com o pavimento mais antigo, o que de facto se verifica, no tramo compreendido entre o seu limite poente e o cruzamento com a Rua de Santo António, numa extensão que representa dois terços da sua totalidade. Neste troço, o arruamento caracteriza-se por apresentar um



conjunto de pedras de grandes dimensões, dispostas a todo o comprimento do seu eixo. Esta solução de pavimento, eixo com lajeado elevado e guias laterais junto às construções, surge como resposta eficaz às necessidades de escoamento de águas, quer pluviais quer domésticas, assim como evidencia cuidados construtivos, concretamente quanto ao travamento do material de pavimentação que é, neste caso, em calçada à portuguesa. De referir igualmente, que as grandes dimensões das pedras assentes sobre o eixo da rua tinham como objectivo cobrir um canal, no qual originalmente corria toda a água que aí chegava. Falta saber exactamente como, mas decerto evitando os inconvenientes das descargas livres a céu aberto [à época].

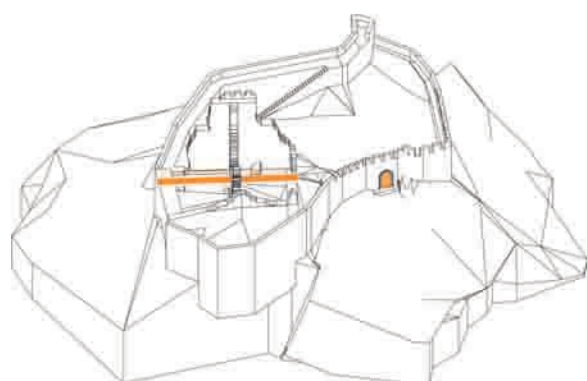
Sendo um dos objectivos a manutenção da imagem caracterizadora do arruamento, assim como a recolocação das suas pedras essenciais, procedeu-se ao levantamento exhaustivo de todos os elementos de referência – pedras, portas, soleiras, usos –, quer através de desenhos, quer recorrendo a numerosos registos fotográficos. Estes elementos de levantamento serão fundamentais para a posterior recolocação das pedras, que se irão manter tanto no eixo, como lateralmente junto às soleiras. Para que tal seja possível, será necessário proceder ao trabalho preparatório de marcação das pedras, recorrendo a tinta removível, marcação essa que será feita desenhando um traço contínuo a todo o comprimento do eixo, assim como a numeração sequencial pedra a pedra. O mesmo método será usado na marcação das pedras laterais, diferenciando o lado sul do lado norte, devendo também, neste caso, proceder-se à sua eficaz referência relativamente a pontos notáveis, imóveis, tais como portas e cunhais.





PRÉMIO IHRU 2009 REABILITAÇÃO OU QUALIFICAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO
MENÇÃO HONROSA

Requalificação do Castelo e Castelejo de Alegrete | Portalegre



PROMOTOR

Município de Portalegre

CONSTRUTORES

Agrocinco – Construções, S.A.
Carija, S.A.

PROJECTISTAS COORDENADORES

Arquitecto Hugo Manuel Azeitona Espanhol
Arquitecta Paisagista Ana Maria Fonseca dos Santos

A ruína representa um dado adquirido, fruto do passado, o qual assume, aqui, um processo de revitalização da destruição da arquitectura, onde se trava um processo de caducidade e a eternidade num espaço.

O objectivo não será reconstituir toda a matéria, uma vez que não será justo, mas sim um exemplo de transformação psicológica.

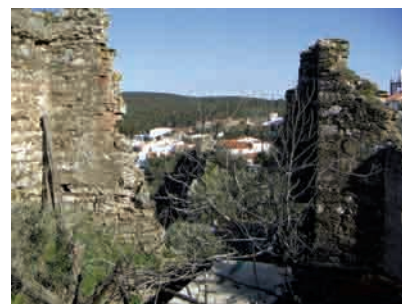
A intervenção tem como intuito a valorização do castelo e apresenta um objectivo de reflexão histórica, filosófica e arquitectónica.

Através de uma desordem, pretende-se transmitir a ordem, através de um programa e estratégia, de modo a que cada um de nós possa ter a capacidade interpretativa e subjectiva de avaliar e apreciar.

A proposta de intervenção consiste na construção de vários elementos, de modo a dignificar e enriquecer a leitura deste monumento – espaço lúdico e didáctico –, através de geometrias rigorosas com a conjugação de materiais nobres, como o ferro e a madeira. O espaço é protagonista, quando a sua essência transcende o significado das partes que o configuram.

Assim, é construído um passadiço de acesso ao Castelo de desenho rigoroso – o arranque do programa definido, bem como a colocação de portas com um desenho cuidado e majestoso.

A colocação de um palco amovível no interior do castelo é fruto da tradição desta vila. Neste sentido, é substituído um antigo palco por uma estrutura rígida, que con-





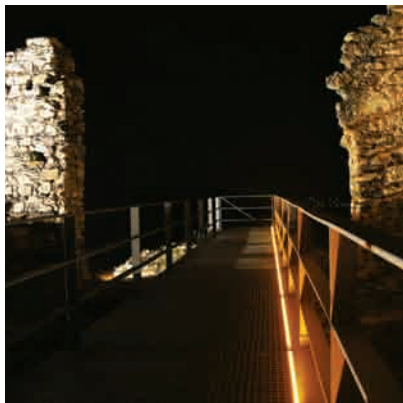
vive com os afloramentos rochosos e denuncia a naturalidade do processo de continuidade.

Na sequência desta intervenção, surge ainda a implantação de uma rampa de acesso à torre de menagem, em ferro e com um desenho rigoroso e um passadiço lúdico, que servirá de miradouro sobre a cisterna. Pretende-se que este seja o culminar de todo o percurso e de momentos de encontro conosco próprios, podendo-se designar este local como espaço de solidão aparente, onde tudo parece estar longe, como as memórias de uma vida passada.

O castelejo encontra-se ainda mais degradado do que o próprio castelo, que parcialmente já se identifica como uma ruína (torre de menagem). Situa-se na zona mais elevada, a norte do centro do núcleo histórico. Todavia, apesar do péssimo estado de conservação, ainda se podem detectar vestígios de ameias medievais, torres de menagem, seteiras, vãos de janelas entaipadas por alvenarias, trechos de adarves e de torrões e duas portas da traça primitiva.

A envolvente imediata ao castelo foi adequadamente iluminada por meio de projectores-terra e *leds*, distribuídos pontual e preferencialmente de acordo com as características físicas da estrutura defensiva.





PRÉMIO IHRU 2009 REABILITAÇÃO OU QUALIFICAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO
MENÇÃO HONROSA

Arranjo Urbanístico da Marginal – Zona da Marina | Esposende



PROMOTOR

Município de Esposende

CONSTRUTORES

M. Couto Alves, S.A.
Casimiro Ribeiro & Filhos, Lda.

PROJECTISTAS COORDENADORES

Arquitecto Victor Mogadouro
Arquitecta Paisagista Laura Costa



A acção designada por Arranjo Urbanístico da Marginal de Esposende teve, como objectivo, promover a requalificação desta zona da cidade de Esposende, cuja execução será faseada a dois tempos, como prioridade para a área adjacente à marina.

A área de intervenção vem requalificar uma área marginal privilegiada voltada para uma paisagem de eleição e, ao mesmo tempo, de elevada sensibilidade ambiental e paisagística.

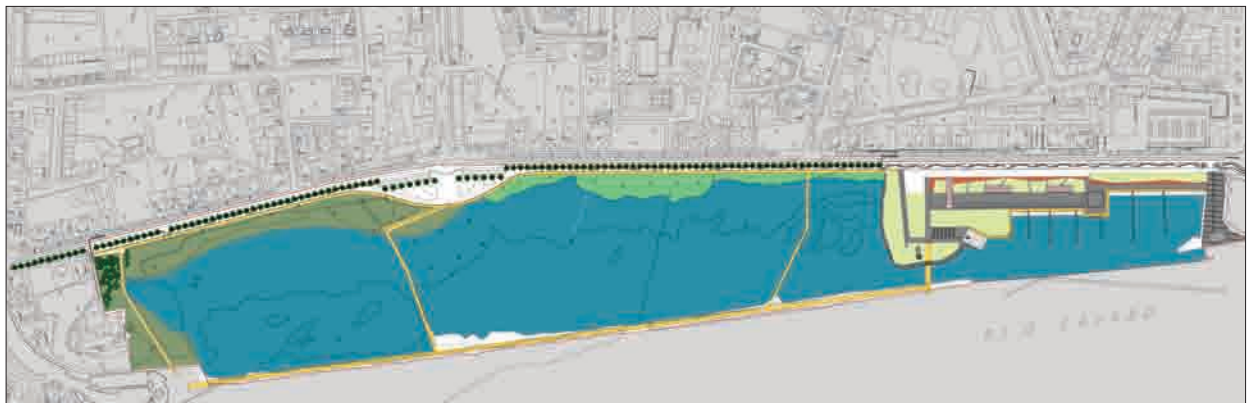
O cenário na altura era de uma área expectante, abandonada, em terra batida, usada de forma indisciplinada para os mais variados fins: estacionamento de veículos, instalação de equipamentos circense, feiras, animação, etc.

O programa base era necessariamente contido e adaptado à sensibilidade do local, tendo em atenção o impe-

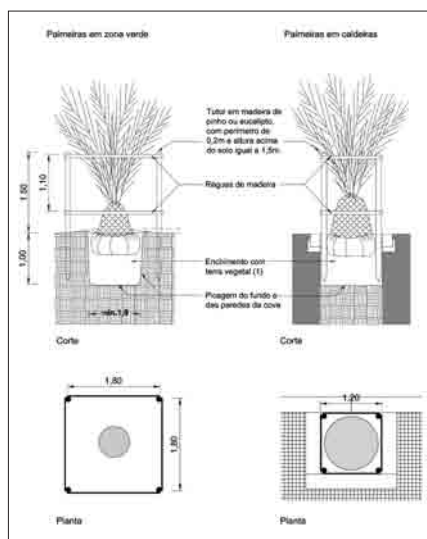
rativo de não perturbar a fruição visual da paisagem e de recuperar toda esta área para utilização pública, tornando-a atractiva.

Nesse sentido, a intervenção foi balizada pelos seguintes objectivos e acções:

- foi organizada toda a área de modo a privilegiar o uso pedonal e o enquadramento paisagístico de toda a envolvente, criando percursos, espaços de estadia e zonas verdes com plantações de espécies, capazes de vingar neste clima adverso e proporcionar alguma protecção acrescida aos ventos dominantes;
- foram criados alguns pequenos edifícios de apoio à vida da marginal, designadamente uma cafetaria e um restaurante de peixe (com possibilidade de vir a criar um terceiro volume de continuidade, preferentemente para centro interpretativo e apoio turístico);



- estas construções são necessariamente construções aligeiradas e facilmente amovíveis no futuro, tendo a particularidade de estarem sobreelevadas relativamente ao solo natural, privilegiando a menor impermeabilização possível;
- a criação de um percurso pedonal no coroamento do enrocamento, em madeira, que possa ter continuidade ao longo da marginal;
- a criação de ciclovias para bicicletas e patinagem;
- aproveitamento do edifício de socorros a náufragos para apoio administrativo à marina ou, em alternativa, para espaço museológico ligado ao rio Cávado;
- promover a polivalência dos estaleiros do porto de pesca existente, para apoio complementar à marina de recreio;
- a criação de equipamentos infantis integrados em zonas de maior controlo;
- a preservação do ecossistema ribeirinho, designadamente da área encaixada entre a marginal e o enrocamento [sapal].





PRÉMIO IHRU 2009 REABILITAÇÃO INTEGRADA DE CONJUNTOS URBANOS

Reabilitação do Castelo / Museu de Sines | Sines



PROMOTOR

Município de Sines

CONSTRUTORES

IEC – Engenharia e Construções, Lda.

Dolmen – Engenharia Civil, Lda.

PROJECTISTA COORDENADOR

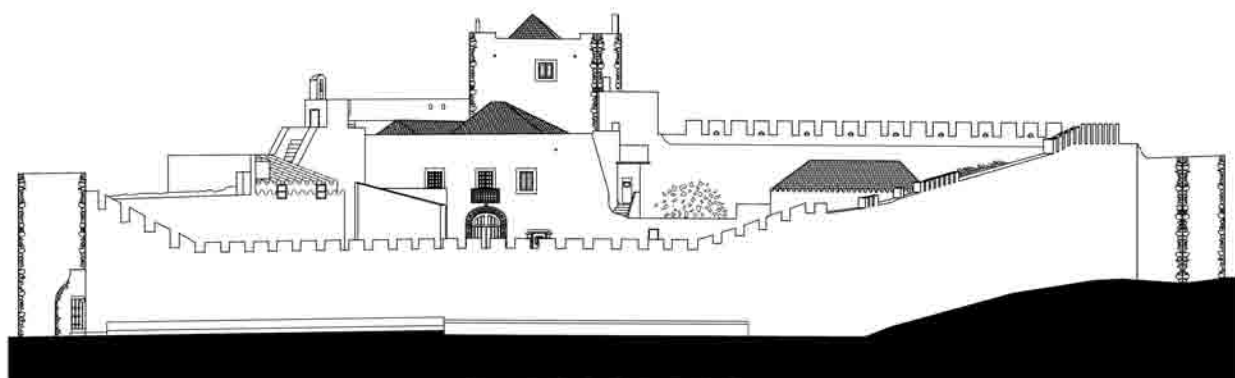
Arquitecto Ricardo Estevam Pereira



O projecto de recuperação do castelo de Sines assentou numa série de princípios simples e claros, com o objectivo não só de garantir a conservação e reutilização deste imóvel classificado, mas também de impulsionar a revitalização do centro histórico.

O castelo é o centro natural da cidade. É referido pela primeira vez no foral de D. Pedro I, que impõe aos habitantes da nova vila a sua construção como contrapartida para a independência municipal. É graças à segurança que ele vem trazer que Sines se pode desenvolver.

A recuperação da estrutura edificada baseou-se em princípios de intervenção mínima, conservando-se o mais possível os materiais existentes, substituindo apenas aqueles, cujo estado de degradação punha em causa a segurança do conjunto e introduzindo as alterações estritamente necessárias à nova utilização – estas, sempre que possível, reversíveis. Logo a partir da fase de projecto, houve um acompanhamento arqueológico permanente e uma investigação arquivística de base, que se cruzaram e permitiram que a própria intervenção



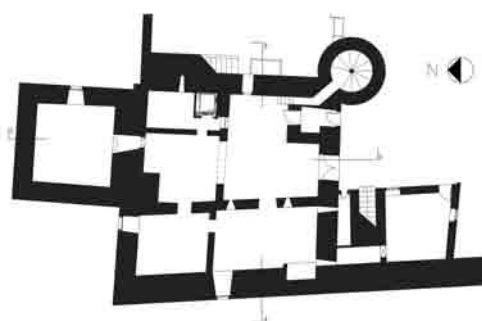


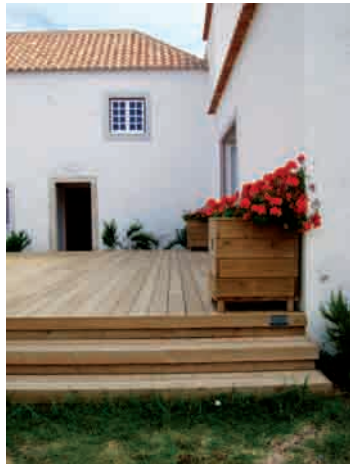
integrasse um processo de interpretação da arqueologia vertical dos edifícios.

Era necessário recolocar o castelo no dia-a-dia das pessoas. Assim, a abertura de uma nova porta na muralha – à semelhança de outras que comprovadamente existiram e foram encerradas – veio permitir o atravessamento, integrando o espaço nos principais percursos pedestres pela cidade, abrindo literalmente a porta para o Largo João de Deus, que assim ganhou uma nova importância na hierarquia urbana. Por outro lado, o Largo Poeta Bocage, onde se situa a antiga porta de entrada, foi repensado como espaço destinado à juventude, fundamental para a revitalização do centro histórico, pelo que o equipamento instalado convida à pausa, à permanência, à conversa e à festa, com duas plataformas de madeira, onde podem assentar esplanadas, ou servir de base a eventos culturais, articuladas com bancos, numa atitude de grande informalidade.

O programa de ocupação dos edifícios do interior da cerca definiu que o antigo Paço dos Governadores Militares iria ser exclusivamente dedicado a exposição, privilegiando-se as acessibilidades e a segurança. Os antigos aquartelamentos recebem a cafetaria, instalações sanitárias e serviço educativo, concentrando todas as funções que

necessitam de águas e esgotos e assim minimizando o perigo de fugas e inundações nos espaços que recebem peças das colecções, assim como as funções potencialmente mais ruidosas. As antigas cavaleriças recebem as reservas e espaços de trabalho interno do museu. Este programa foi desenvolvido a partir das potencialidades naturais dos edifícios, o que permitiu reduzir ao mínimo as alterações introduzidas na estrutura arquitectónica, desenvolvendo-se um programa museológico que encara o edifício como a primeira peça exposta. Assumiu-se uma atitude de grande flexibilidade das soluções encontradas para a instalação das diversas redes de infra-estruturas, permitindo a fácil alteração, ou substituição de qualquer uma delas, visto que o projecto se assume, não como uma obra encerrada, mas como mais um passo no longo processo histórico deste edifício.





PRÉMIO IHRU 2009 REABILITAÇÃO INTEGRADA DE CONJUNTOS URBANOS MENÇÃO HONROSA

Reabilitação do Quarteirão Mouzinho / Flores | Porto



PROMOTOR

Porto Vivo – SRU da Baixa Portuense, S.A.

CONSTRUTORES

Construções Adriano Rocha, Lda.

NJD – Projectos de Construção S.A.

Abílio Manuel Machado Ferreira

PROJECTISTAS COORDENADORES

Arquitecta Alexandra Maria Antunes Guimarães da Silva Dória

Arquitecta Rita Cláudia Baptista de Moura

Arquitecta Sandra Noélia Oliva Ferreira Martins Moreira

Arquitecto José Mendes Ribeiro Barbedo

O Quarteirão Mouzinho/Flores, constituído por oito parcelas, ocupa um lugar de grande visibilidade, à entrada do Centro Histórico do Porto, na intersecção das Ruas Mouzinho da Silveira e Flores.

Em 2005, quatro das suas parcelas apresentavam um mau estado de conservação, uma outra estava completamente arruinada e, das restantes, só a parcela 01 se podia considerar em bom estado. A par da degradação física, a maioria das construções estava subutilizada,

ou mesmo sem qualquer ocupação, constituindo uma expressiva “nódoa” na área classificada pela UNESCO como Património Mundial.

A Unidade de Intervenção foi definida pela Porto Vivo, SRU, em 14 de Julho de 2005, no quadro do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (D.L. n.º 104/2005, de 7 de Maio), iniciando-se de imediato o procedimento de reabilitação: realização de levantamento exaustivo do edificado, vistorias técnicas, reuniões com proprietários e arrendatários, etc.

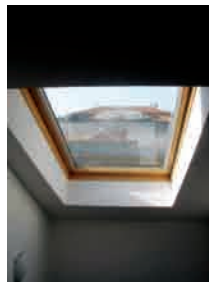
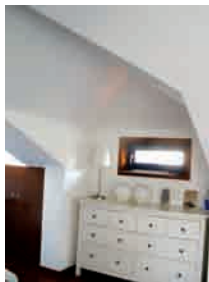
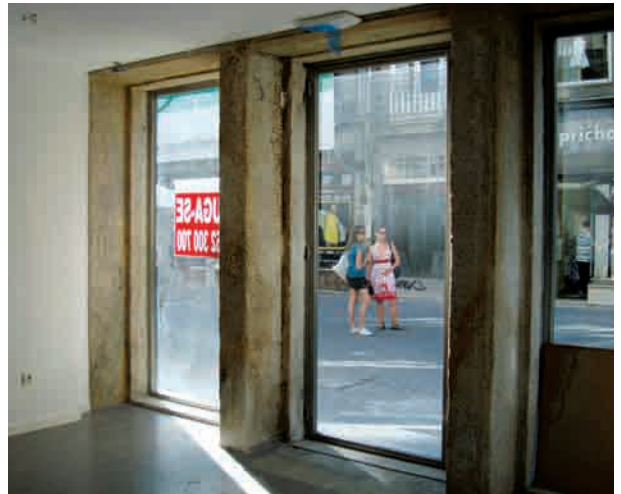




Em 25 de Julho do mesmo ano, foi aprovado o Projecto Base e, em 12 de Setembro, o Documento Estratégico, após consulta aos interessados e a entidades administrativas com interferência no processo de reabilitação (IPPAR, Bombeiros Sapadores, C. M. do Porto). Estipulava a intervenção em cerca de 1680 m² de área bruta, e um custo directo estimado de 1 030 000 €. Entre Dezembro de 2005 e Maio de 2006 foram assinados os contratos de reabilitação, estipulando o carácter das obras a realizar e os prazos respectivos de licenciamento e execução. Em finais de 2008 estavam concluídas as intervenções, à excepção de uma única parcela (n.º 3), onde ainda não

foram ultrapassadas todas as dificuldades do processo. O Quarteirão Mouzinho/Flores é um dos exemplos mais bem sucedidos da estratégia de reabilitação, configurada pelo Regime Jurídico de Reabilitação Urbana e posta em prática pela Porto Vivo, SRU para a Baixa Portuense. Cabendo-lhe tomar a iniciativa do processo, a Porto Vivo mobilizou os verdadeiros agentes da reabilitação, os proprietários, facilitou a aproximação entre estes e os seus arrendatários, aprovou o licenciamento das intervenções e acompanhou a execução das obras. Cotejando a situação em 2005 com os resultados em finais de 2008, a diferença é significativa.





OUTRAS CANDIDATURAS

Edifício de Habitação

Rua de Couros, Guimarães

PROMOTOR

Município de Guimarães

CONSTRUTOR

José Teixeira & irmão, Lda.

PROJECTISTA COORDENADORA

Arquiteta Margarida Morais

Edifício de Serviços Camarários

Cantanhede

PROMOTOR

Município de Cantanhede

CONSTRUTOR

Construções Marvoense, Lda.

PROJECTISTA

Arquiteta Margarida Ascensão Monteiro dos Santos

Tribunal de Família e Menores

Oliveira do Bairro

PROMOTOR

Município de Oliveira do Bairro

CONSTRUTOR

Nível 20 – Estudos Projectos e Obras, Lda.

PROJECTO

Divisão de Obras Municipais
da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro

Residência Paroquial

Figueira de Castelo Rodrigo

PROMOTOR

Fábrica da Igreja Paroquial de Figueira de Castelo Rodrigo

CONSTRUTOR

José dos Reis Lopes & Filhos, Lda.

PROJECTISTA COORDENADOR

Arquitecto Manuel Torres

Posto de Turismo e Galeria Municipal

Estremoz

PROMOTOR

Município de Estremoz

CONSTRUTOR

Constrope Construções, S.A.

PROJECTISTA COORDENADOR

Arquitecto Luís Pessanha Moreira

Posto de Turismo e Habitação no Pátio dos Rolins

Moura

PROMOTOR

Município de Moura

CONSTRUTOR

AgroCinco, Construções, S.A.

PROJECTISTA COORDENADORA

Arquiteta Patrícia Novo

Escola de Música e Sede da Orquestra de Cascais e Oeiras

Monte Estoril

PROMOTOR

Município de Cascais

CONSTRUTOR

Sociedade de Empreitadas Vilarinhos, Lda.

PROJECTISTAS COORDENADORES

Arquitecto José Mateus
Arquitecto Nuno Mateus

Edifício de Comércio

Rua de Santo António, Guimarães

PROMOTOR

Alexandre Cardoso, S.A.

CONSTRUTOR

J. Gomes, Sociedade de Construções do Cávado, S.A.

PROJECTISTA COORDENADORA

Arquiteta Andrea Soutinho

Requalificação Urbana da Aldeia do Trebilhadouro

Vale de Cambra

PROMOTOR

Município de Vale de Cambra

CONSTRUTOR

PAVI – Azemeis, Lda.

PROJECTISTAS COORDENADORAS

Arquitecta Nadine Ramalho

Arquitecta Isabel Bastos

Espaço Público do Centro de Arões

Vale de Cambra

PROMOTOR

Município de Vale de Cambra

CONSTRUTOR

Imoserra – Investimentos Imobiliários, Lda.

PROJECTISTA COORDENADOR

Arquitecto António Manuel Lopes da Silva

Reordenamento da Marginal

Esposende

PROMOTOR

Município de Esposende

CONSTRUTOR

Monte Adriano – Engenharia e Construções, S.A.

PROJECTISTA COORDENADOR

Arquitecto Victor Neves

Arquitecto Paisagista João Nunes

Requalificação Urbana do Bairro da Corredoura

Vagos

PROMOTOR

Município de Vagos

CONSTRUTOR

Vitor Almeida & Filhos, S.A.

PROJECTISTA COORDENADOR

Arquitecto Pedro Ruano Castro

Requalificação do Largo Marquês de Pombal

Porto Covo

PROMOTOR

Município de Sines

CONSTRUTOR

Consdep – Engenharia e Construção, S.A.

PROJECTISTA COORDENADOR

Arquitecto Miguel Falcão

Reabilitação de Edifícios de Habitação Social

Torre, Câmara de Lobos, Madeira

PROMOTOR

Investimentos Habitacionais da Madeira, E.P.E.

CONSTRUTOR

Alberto Martins Mesquita & Filhos, S.A.

PROJECTO

Arquitecto Carlos Alberto Gonçalves

Arquitecta Raquel Oliveira

Arquitecto Paisagista Pedro Braga

regulamento do prêmio IHRU de construção e reabilitação

PRÊMIO IHRU 2009 DE CONSTRUÇÃO E REABILITAÇÃO

CAPÍTULO I

Objecto, objectivos e organização

ARTIGO 1.º | OBJECTO

- 1 O prémio IHRU de Construção e Reabilitação, abaixo também denominado por Prémio IHRU, consiste na atribuição de distinções de prestígio a empreendimentos de habitação de interesse social e a obras de reabilitação no meio urbano.
- 2 O Prémio IHRU encontra-se estruturado em duas variantes, a de Construção e a de Reabilitação, cada uma com linhas específicas.

ARTIGO 2.º | OBJECTIVOS

Constituem objectivos do Prémio IHRU:

- a) Valorizar e promover a divulgação do trabalho desenvolvido pelos promotores de habitação de interesse social, bem como o das entidades públicas e privadas ao nível da reabilitação do património habitacional, do espaço público e na implementação de operações integradas de reabilitação;
- b) Promover a disseminação de boas práticas;
- c) Contribuir, através do conhecimento de experiências inovadoras, para a contínua adaptação a novas situações;
- d) Contribuir para que a imagem dinâmica destes processos façam interessar cada vez mais os promotores públicos e privados bem como a sociedade civil em geral, na prossecução de intervenções de qualidade ao nível da habitação de interesse social bem como na protecção, recuperação e revitalização do património edificado e sua envolvente, com especial realce para a qualidade ambiental;
- e) Promover o interesse de todos os intervenientes nestes sectores especializados da construção civil e incentivar a sua apetência e preparação técnica para este tipo de trabalhos;
- f) Assegurar, através da divulgação das melhores intervenções, também na perspectiva técnico-económica, o interesse do

cidadão em geral pela preservação e revitalização do património habitacional e dos centros urbanos históricos;

- g) Apoiar o estudo e a investigação aplicada de novas tecnologias, promovendo a sua utilização na habitação de interesse social, bem como a investigação das tecnologias específicas de cada época de construção dos edifícios e sua divulgação como memória da comunidade;
- h) Contribuir para a divulgação de melhorias sociais obtidas quer através de acesso a habitação com padrões de qualidade garantidos quer pelo aumento do valor de vizinhança que a revitalização do parque edificado e a reabilitação do espaço público permite.

ARTIGO 3.º | NATUREZA DO PRÉMIO

- 1 O Prémio IHRU, de natureza não pecuniária, consiste na atribuição de menções de prestígio assinaladas através de troféus, diplomas e placas distintivas para afixação nos locais, por cada uma das suas variantes e linhas.
- 2 Podem ser atribuídas menções honrosas, em cada uma das linhas das duas variantes do Prémio IHRU destacadas, mediante a entrega de diplomas.
- 3 As candidaturas distinguidas são apresentadas publicamente através de uma exposição e inseridas em catálogo.

ARTIGO 4.º | PROJECTO DE REFERÊNCIA AMBIENTAL

- 1 De entre todas as intervenções distinguidas pode ser destacada aquela que concretize boas práticas ambientais e de sustentabilidade, a quem é atribuída a designação de “Projecto de Referência Ambiental”.
- 2 À intervenção que for considerada como susceptível de consistir “Projecto de Referência Ambiental” é assegurada a edição de uma publicação monográfica.

ARTIGO 5.º | PERIODICIDADE

- 1 O Prémio IHRU tem periodicidade anual, sendo a selecção das intervenções efectuada de entre as apresentadas a concurso.

- 2 A atribuição do Prémio IHRU, nas suas variantes e linhas, é realizada numa única cerimónia pública.

ARTIGO 6.º | JÚRI

- 1 A selecção das intervenções é efectuada por um Júri constituído para o efeito.
- 2 O Júri é composto pelo Presidente do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), que preside, pelo Coordenador do Prémio e ainda por um representante designado por cada uma das seguintes entidades:
Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas (APAP),
Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC),
Ordem dos Arquitectos (OA) e
Ordem dos Engenheiros (OE).
- 3 Cada entidade indica um representante suplente, que assegura a continuidade dos trabalhos, em caso de falta ou impedimento do membro do Júri.
- 4 O Coordenador do Prémio e mais dois técnicos, nomeados pelo IHRU, constituem uma Comissão Técnica que identifica, mediante análise da documentação remetida nas candidaturas, ou visitas aos empreendimentos concorrentes, as intervenções com qualidade suficiente para serem propostas ao Júri.
- 5 O Júri delibera em reunião privada, com a presença de dois terços dos seus membros, por maioria simples de votos dos membros presentes, possuindo o Presidente voto de qualidade em caso de empate.
- 6 Sem prejuízo do disposto no número anterior, o Júri só pode deliberar a vacatura do Prémio IHRU para as menções de prestígio, por maioria de dois terços dos membros presentes à reunião.
- 7 De cada reunião é lavrada acta, que contém um resumo de tudo o que nela tiver ocorrido, indicando designadamente a data e o local da reunião, os membros presentes, os assuntos apreciados, as deliberações tomadas e a forma e o resultado das votações.

ARTIGO 7.º | ORGANIZAÇÃO

- 1 Incumbe ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana a organização do Prémio IHRU, sendo da sua responsabilidade a eleição dos critérios de divulgação do Prémio e de divulgação da sua atribuição, designadamente no que concerne à organização da sessão pública, exposição e publicações, podendo contudo solicitar a colaboração de outras entidades públicas, ou privadas, para o cabal desempenho de todas tarefas que se revelem necessárias à promoção do procedimento.
- 2 O IHRU fixa anualmente os períodos de candidatura e os prazos para a prática dos actos procedimentais necessários, os quais são divulgados no Portal da Habitação, conjuntamente com a demais informação relevante.

ARTIGO 8.º | ENCARGOS

- 1 Constitui encargo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, as despesas com a organização geral do evento, designadamente com a participação nos trabalhos do Júri dos representantes das várias entidades e convidados, e com as demais actividades que lhes sejam adstritas.
- 2 Não constituem encargos do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana quaisquer despesas que não decorram directamente das actividades previstas no presente regulamente, ainda que sejam decorrentes do Prémio IHRU.
- 3 É da exclusiva responsabilidade dos promotores a organização da sua candidatura ao Prémio IHRU, designadamente no que concerne aos encargos inerentes à apresentação do material de suporte de análise.
- 4 É ainda da responsabilidade dos promotores o levantamento do material apresentado a concurso, no prazo de 30 dias úteis após a realização da exposição, ou após a notificação que para o efeito lhes for endereçada.

CAPÍTULO II

Prémio IHRU – Variante Construção

ARTIGO 9.º | ÂMBITO

- 1 O Prémio IHRU – Construção, visa distinguir os empreendimentos de Habitação de Interesse Social certificados pelo IHRU, nas diferentes promoções de financiamento.
- 2 O Prémio IHRU possui quatro linhas na vertente Construção, correspondentes à promoção privada, à promoção municipal e regional, à promoção cooperativa de habitação a custos controlados e promoção cooperativa no âmbito do Estatuto Fiscal Cooperativo.
- 3 A linha de promoção privada inclui os empreendimentos promovidos pelas empresas, por instituições privadas de segurança social (IPSS), instituições privadas sem fins lucrativos, bem como todas as demais entidades de natureza privada.

ARTIGO 10.º | PRÉMIO

- 1 Ao promotor, aos projectistas-autores, quer dos edifícios quer dos espaços exteriores e ainda aos construtores do empreendimento distinguido com a menção de prestígio, são atribuídos troféus e diplomas.
- 2 No empreendimento referido no número anterior, é colocada uma placa de material imperecível.
- 3 Ao promotor, aos projectistas-autores, quer dos edifícios quer dos espaços exteriores e ainda aos construtores do empreendimento distinguidos com menções honrosas, são entregues diplomas.

ARTIGO 11.º | ELEGIBILIDADE

- 1 Podem concorrer ao Prémio IHRU todos os promotores de Habitação de Interesse Social.
- 2 Só são admitidos a concurso os empreendimentos fisicamente concluídos no ano anterior à edição em causa, cujos projectos tenham sido certificados pelo IHRU.

- 3 A admissibilidade dos concorrentes fica dependente da inexistência de quaisquer dívidas, ou outro tipo de incumprimento de obrigações assumidas no desenvolvimento da sua actividade, podendo o Júri a qualquer momento, solicitar a apresentação de adequada prova documental.

ARTIGO 12.º | FUNCIONAMENTO E CANDIDATURAS

- 1 Os promotores dos empreendimentos fisicamente concluídos no ano anterior ao da edição do Prémio IHRU, os quais são objecto de inscrição no Secretariado do Prémio, pela Direcção de Habitação e Reabilitação Urbana e pela Delegação do Porto do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, recebem um convite deste organismo para formalizarem candidatura, nos termos do presente regulamento.
- 2 A candidatura inclui:
 - a) documentação escrita, gráfica e fotográfica, montada em painéis rígidos de material leve, de 700x1000 mm, ao alto, e espessura não superior a 5 mm, sendo o número de painéis limitado a um máximo de dois;
 - b) cópia da documentação escrita, gráfica e fotográfica, apresentada em papel, em formato A4 e em suporte digital, com a planta do loteamento, plantas dos fogos, corte significativo e memória descritiva, com uma sumária descrição construtiva;
 - c) declaração dos promotores, proferida sob compromisso de honra de:
 - i) inexistência de dívidas à Fazenda Pública e à Segurança Social;
 - ii) conhecimento e aceitação integral do conteúdo do presente regulamento.
- 3 Todo o material será entregue, devidamente embalado e identificado, em local e prazos a publicitar, nos termos do disposto no art. 7.º.

ARTIGO 13.º | CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Na apreciação dos empreendimentos postos a concurso é ponderado pelo Júri:

- a) a salvaguarda e valorização da qualidade da paisagem global;
- b) o modelo e a integração urbanística com a compreensão da aptidão dos espaços e valores naturais e culturais existentes;
- c) a imagem e a organização arquitectónica;
- d) a compatibilização das instalações e equipamentos, interiores e exteriores;
- e) as técnicas e a racionalidade construtiva, integrando valores de caracterização local e aplicando soluções, tecnologias e materiais amigos do ambiente que reduzam o consumo de energia;
- f) a apropriação pelos utilizadores.

CAPÍTULO III

Prémio IHRU – Variante Reabilitação

ARTIGO 14.º | ÂMBITO

- 1 O Prémio IHRU – Reabilitação, destina-se a distinguir as acções de reabilitação com carácter de excelência, que consistam em:
 - a) Reabilitação isolada de imóveis;
 - b) Reabilitação ou qualificação de espaço público;
 - c) Reabilitação integrada de conjuntos urbanos;
- 2 É atribuído um prémio por cada uma das linhas descritas no número anterior.

ARTIGO 15.º | PRÉMIO

- 1 Aos responsáveis pela intervenção distinguida com a menção de prestígio, designadamente promotor, projectistas e construtor, são atribuídos troféus e diplomas.
- 2 Na intervenção referida no número anterior é colocada uma placa de material imperecível.

- 3 Aos responsáveis pela intervenção distinguida com menções honrosas, são entregues diplomas.

ARTIGO 16.º | PUBLICAÇÃO

- 1 No final de cada sessão do Prémio IHRU, o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana avalia a pertinência de promover uma publicação sobre reabilitação urbana que, caso se concretize, inclui as experiências mais expressivas apresentadas a concurso.
- 2 Os responsáveis pelas intervenções distinguidas no âmbito do Prémio IHRU – Reabilitação recebem exemplares da referida edição.

ARTIGO 17.º | ELEGIBILIDADE

- 1 Podem apresentar candidatura ao Prémio IHRU todas as entidades públicas ou privadas que tenham promovido intervenções de reabilitação urbana em qualquer uma das linhas referidas no artigo 14.º.
- 2 Só são admitidos a concurso os empreendimentos fisicamente concluídos no ano anterior ao procedimento em causa, tenham ou não beneficiado de apoios do IHRU.
- 3 A admissibilidade dos concorrentes fica dependente da inexistência de quaisquer dívidas ou outro tipo de incumprimento de obrigações assumidas no desenvolvimento da sua actividade, podendo o Júri a qualquer momento solicitar a apresentação de adequada prova documental.

ARTIGO 18.º | CANDIDATURAS

- 1 A abertura do procedimento concursal para atribuição do Prémio IHRU – Variante Reabilitação, é objecto de adequada publicação, designadamente mediante inserção de anúncio em dois jornais de tiragem nacional e no Portal da Habitação, o qual consubstancia um convite à apresentação de candidaturas.
- 2 Os interessados devem formular candidatura que inclua informação detalhada sobre a intervenção de reabilitação urbana, designadamente:

- a) documentação escrita, gráfica e fotográfica, montada em painéis rígidos de material leve, de 700x1000 mm, ao alto, e espessura não superior a 5 mm, sendo o número de painéis limitado a um máximo de dois;
 - b) documentação escrita gráfica e fotográfica, apresentada em papel em formato A4 e em suporte digital;
 - c) no caso de se tratar de reabilitação isolada, a planta dos pisos, corte significativo, memória descritiva e histórica do edifício, especificando descrição construtiva da intervenção;
 - d) elementos que permitam a avaliação comparativa da situação anterior e posterior à intervenção;
 - e) outros elementos que o concorrente repute imprescindíveis para a avaliação da extensão e do carácter da intervenção de reabilitação.
- 3** A candidatura inclui ainda declaração do promotor, proferida sob compromisso de honra, de:
- a) inexistência de dívidas à Fazenda Pública e à Segurança Social;
 - b) conhecimento e aceitação integral do conteúdo do presente regulamento.
- 4** Todo o material será entregue, devidamente embalado e identificado, em local e prazos a publicitar, nos termos do disposto no art. 7.º.
- f) as técnicas e a racionalidade construtiva, integrando valores de caracterização local e aplicando soluções, tecnologias e materiais amigos do ambiente que reduzam o consumo de energia;
 - g) a apropriação pelos utilizadores;
 - h) o carácter inovador da reabilitação.

CAPÍTULO IV

Disposições Finais

ARTIGO 20.º

Em tudo o que não estiver especificamente regulado no presente regulamento aplica-se a legislação em vigor.

ARTIGO 19.º | CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Na apreciação das intervenções apresentadas a concurso e consoante as linhas em causa, o Júri pondera os seguintes elementos:

- a) extensão da reabilitação;
- b) a valorização da qualidade da paisagem urbana;
- c) a interligação funcional com os espaços e valores naturais e culturais existentes;
- d) a compatibilização da intervenção com os demais usos na área urbana de influência;
- e) a imagem e modelo organizacional adoptado;

